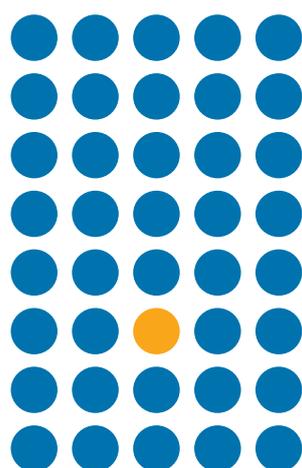


MUNICIPIO DE VILA FRANCA DE XIRA

2019-2022



PLANO MUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA

I PLANO MUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES DO CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA



COFINANCIADO POR:



FUNDO
ASILO, MIGRAÇÃO
E INTEGRAÇÃO



União Europeia



REPÚBLICA
PORTUGUESA



SGMAI
SECRETARIA
GERAL
MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

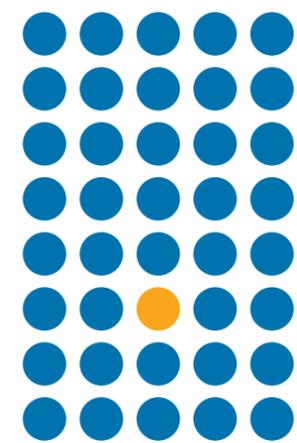


ACM
ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES, I.P.

PROMOTOR:



vfx
Ligações
Fortes
CÂMARA MUNICIPAL



PLANO
MUNICIPAL
PARA A INTEGRAÇÃO
DE MIGRANTES
CONCELHO
DE VILA FRANCA
DE XIRA



I PLANO MUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES DO CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA

PERÍODO DE VIGÊNCIA: 2019-2022

COORDENAÇÃO DIAGNÓSTICO (IGOT): Ana Estevens e Jorge Malheiros
EQUIPA TÉCNICA DO DIAGNÓSTICO (IGOT): Katielle Silva, Marcos Correia

PARCEIROS DA CANDIDATURA:

Agrupamento de Centros de Saúde Estuário do Tejo

Agrupamento de Escolas do Bom Sucesso

Agrupamento de Escolas de Vialonga

Associação Cabo-Verdiana Finabrava

Associação dos Africanos do Concelho de Vila Franca de Xira

Associação para a Promoção da Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Hospital de Vila Franca de Xira

Instituto da Segurança Social, I.P.

FUNDO CO-FINANCIADOR:

FAMI – Fundo Asilo, Migração e Integração- ACM Alto Comissariado para as Migrações como Autoridade Delegada e SGMAl como autoridade responsável.

OE2-INTEGRAÇÃO E MIGRAÇÃO LEGAL - OE2.ON2 Integração

Aviso da candidatura: 65/FAMI/2019

Nº do Projeto: PT/2019/FAMI/446

PROPRIEDADE

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira

EDITOR

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Plano Municipal para a Integração de Migrantes do Concelho de Vila Franca de Xira 2019-2022

EDIÇÃO

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira

Alberto Mesquita | Presidente

Maria de Fátima Antunes | Vereadora Pelouro da Saúde e Solidariedade

COORDENAÇÃO

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira | Divisão de Saúde e Solidariedade

Cláudia Prazeres | Chefe de Divisão (até 30 de abril de 2020)

Manuela Sousa | Chefe de Divisão (desde 1 de maio de 2020)

PRODUÇÃO

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira

Ana Zilda Silva e Antónia Rodrigues | Divisão de Saúde e Solidariedade

DESIGN

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira

IMPRESSÃO

LOCAPE - ARTES GRÁFICAS, LDA

TIRAGEM

100 exemplares

DEPÓSITO LEGAL

477328/20

1ª Edição, novembro de 2020

Distribuição Gratuita

www.cm-vfxira.pt

NOTA DE ABERTURA

O Município de Vila Franca de Xira tem desde sempre norteado a sua intervenção com base nos princípios dos Direitos Humanos: universalidade, interdependência, indivisibilidade e inalienabilidade, reconhecendo e valorizando a individualidade e diversidade de cada um e de cada uma dos seus e das suas munícipes.

Neste sentido tem desenvolvido um conjunto de políticas e de ações que visam combater a exclusão social e reconhecer que os territórios muito têm a ganhar com o empreendedorismo, diversidade de competências e criatividade associados à diversidade cultural, afirmando os Direitos Humanos como motor da cidadania e procurando gerir essa diversidade como uma oportunidade, e não como uma ameaça.

A não-discriminação e a solidariedade são pilares fundamentais destas políticas, numa perspetiva de acolhimento de todas as pessoas, nacionais e estrangeiras, de forma a potenciar a convivência intercultural, o multilinguismo e a diversidade étnica e religiosa.

O I Plano Municipal para a Integração de Migrantes do Concelho de Vila Franca de Xira 2019-2022, promove e amplia as atividades habituais da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira nas áreas do apoio ao acolhimento e integração das pessoas migrantes e do diálogo intercultural e inter-religioso. Urge, no entanto, a construção de uma visão estratégica estruturante da intervenção já desenvolvida, por um lado, e a adoção de práticas que permitam colmatar lacunas identificadas nesta área, visando o desenvolvimento de um sentido de identidade plural através de um discurso e ações que assentem na valorização da diversidade do território.

Resultante de uma metodologia *bottom up*, que procurou envolver os principais intervenientes do território, o presente plano traduz-se num documento estratégico que pretende ser dinâmico, sujeito a uma avaliação e monitorização contínuas que permitam o seu ajustamento e evolução de acordo com os *inputs* que os vários membros da comunidade, independentemente da sua origem ou estatuto legal, possam fornecer, promovendo a participação e partilha e, conseqüentemente, a identificação dos diferentes agentes com os princípios e valores que emanam do Plano.

O Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira,

Alberto Mesquita

NOTAS AO DIAGNÓSTICO

Vila Franca de Xira é um município da Área Metropolitana de Lisboa onde se concentram cerca de 6.089 residentes de nacionalidade estrangeira (SEF, 2018). Segundo os dados do último Recenseamento Geral da População (2011), aproximadamente 7,8% da população residente no concelho tinha nacionalidade estrangeira, sendo que os principais grupos de nacionalidades são: Brasil, Roménia, Cabo Verde e Ucrânia, evidenciando-se o crescimento da população residente originária da China, da Índia e do Nepal. Estas pessoas nacionais de países terceiros (NPT) encontram-se distribuídas geograficamente pelo concelho, havendo uma maior concentração na União de Freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho, com aproximadamente 30% da população estrangeira, e Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa, concentrando 25%.

Portugal, ao nível das políticas públicas de integração, encontra-se, segundo o Índice de Políticas de Integração de Migrantes (MIPEX) de 2015, no 2º lugar ao nível dos países ocidentais, o que, no entanto, pode esconder alguns problemas ao nível da discriminação de pessoas NPT e minorias étnicas no país. Neste documento de diagnóstico não foram discutidas tais dinâmicas, já que não foi possível concretizar na totalidade a metodologia previamente definida devido ao contexto de exceção atual e explicitado no ponto metodológico referente às limitações.

Este documento de diagnóstico teve por base, essencialmente, dados estatísticos e outras fontes documentais, tendo sido possível obter a resposta por escrito de três instituições parceiras da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira ao guião de entrevista enviado. Este documento de diagnóstico para o concelho de Vila Franca de Xira aborda três eixos de intervenção: Acolhimento; Integração e participação; e Interculturalidade. O eixo-1, Acolhimento, abrange os temas dos Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAIM), da habitação, da educação e da saúde. Os CLAIM foram inseridos neste eixo e não no eixo da Interculturalidade dada a natureza dos assuntos tratados entre 2016 e 2019 (período analisado). O eixo-2, Integração e Participação, englobou os temas mercado de trabalho, igualdade de género, racismo e cidadania; e o eixo-3, Interculturalidade, procurou discutir os temas relacionados com a religião, reconhecimento da multiculturalidade no concelho e a relação entre as pessoas NPT e os media. Importa ressaltar que o eixo-3 aborda temas para os quais são escassos os dados secundários, constituindo as prioridades identificadas uma aproximação àquelas que são as problemáticas reconhecidas em Portugal e identificadas por estudos já realizados para a população NPT de Vila Franca de Xira.

ÍNDICE

1.	Enquadramento.....	1	2.3.3.5 Relações Internacionais	56	
1.1	A integração de pessoas Nacionais de Países Terceiros no Município de Vila Franca de Xira	3	3.	Plano Municipal para Integração de Migrantes	57
1.2	Políticas Nacionais de Integração	4	3.1	Dimensão Estratégica	57
1.3	Âmbito, objetivos e estrutura.....	6	3.1.1	Eixo I	60
1.4	Metodologia.....	8	3.1.2	Eixo II	61
1.5	Processo de Aprovação.....	10	3.1.3	Eixo III	62
2.	Diagnóstico Local.....	11	3.2	Dimensão Operacional	65
2.1	Metodologia.....	11	4.	Modelo de Monitorização e Avaliação	86
2.1.1	Fases da Investigação e Métodos de recolha de informação	12	5.	Modelo de Governação	98
2.1.2	Limitações.....	14	6.	Referências Bibliográficas e Eletrónicas.....	100
2.2.	– Retrato da População NPT em Vila Franca de Xira.....	15			
2.2.1	- Visão Geral.....	15			
2.2.2	– Área Metropolitana de Lisboa	19			
2.2.3	– Vila Franca de Xira	22			
2.3	Eixos de Intervenção	27			
2.3.1	Eixo I – Acolhimento	27			
2.3.1.1	Serviços de Acolhimento e Integração.....	27			
2.3.1.2	Urbanismo e Habitação.....	34			
2.3.1.3	Saúde.....	37			
2.3.1.4	Educação e Língua.....	40			
2.3.1.5	Solidariedade e Resposta Social.....	44			
2.3.2	Eixo II – Integração e Participação	45			
2.3.2.1	Cidadania e Participação Cívica	45			
2.3.2.2	Mercado de Trabalho e Empreendedorismo	46			
2.3.2.3	Capacitação e Formação.....	49			
2.3.2.4	Igualdade de Género, Racismo e Discriminação	50			
2.3.3	Eixo III - Interculturalidade	52			
2.3.3.1	Cultura.....	52			
2.3.3.2	Práticas Tradicionais Nefastas.....	53			
2.3.3.3	Media e Sensibilização da Opinião Pública	54			
2.3.3.4	Religião	55			

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Esquema Metodológico	11
Figura 2 – Nº Total de estudantes pertencentes à CPLP inscritos no ensino superior em Portugal.....	18
Figura 3 – População Residente na Área Metropolitana de Lisboa.....	20
Figura 4 – Nível de Educação por Nacionalidade	21
Figura 5 – População NPT	22
Figura 6 – Percentagem de residentes NPT por freguesia e sexo.....	23
Figura 7 – Grupos etários dos Residentes NPT por freguesia	24
Figura 8 – População NPT por freguesia	24
Figura 9 – Percentagem de população NPT por freguesia	25
Figura 10 – Grupos etários dos indivíduos que utilizaram os serviços dos CLAIMs no concelho de Vila Franca de Xira.....	28
Figura 11 – Tipificação da situação documental dos utilizadores dos CLAIMs do concelho de Vila Franca de Xira	30
Figura 12 – Principais Países de Proveniência dos Utilizadores dos CLAIMs do concelho de Vila Franca de Xira	31
Figura 13 - Principais Países de Proveniência dos Utilizadores do CLAIM de Vila Franca de Xira.....	31
Figura 14 - Principais Países de Proveniência dos Utilizadores do CLAIM da Póvoa de Santa Iria.....	32
Figura 15 – Principais Países de Proveniência dos Utilizadores do CLAIM de Alverca do Ribatejo/Arcena	33
Figura 16 – Percentagem de alojamentos próprios e arrendados por freguesia.....	35
Figura 17 – Total de População NPT por freguesia e sedes dos agrupamentos escolares.....	42

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Instituições a entrevistar.....	12
Quadro 2 – Instituições a contactar para o <i>focus group</i>	13
Quadro 3 – Taxa de Variação do Nº de Estudantes NPT inscritos no Ensino Superior em Portugal	17
Quadro 4 – População NPT com estatuto Legal de Residente.....	19
Quadro 5 – Percentagem de população NPT por freguesia	26
Quadro 6 – Assuntos tratado nos CLAIMs no concelho de Vila Franca de Xira.....	29
Quadro 7 - Discentes NTP por agrupamento e por unidade de ensino.....	40
Quadro 8 - Nº de Ações de formação no Programa Português para Todos	43
Quadro 9 - Candidatos e Candidatas NPT que se inscreveram no IEPF de Vila Franca de Xira	47
Quadro 10 – Taxas de emprego, desemprego e atividade para o total da população, estrangeiros UE e estrangeiros não EU	48
Quadro 11 – Empregadores estrangeiros no concelho	48
Quadro 12 – Resumo dos principais problemas e necessidades – prioridades	58
Quadro 13 – Resumo da Dimensão Estratégica do PMIMVFX	63
Quadro 14 – Quadro Resumo da Dimensão Operacional	67
Quadro 15 – Bateria de Indicadores de avaliação do Plano	85
Quadro 16 – Cronograma	89

LISTA DE ACRÓNIMOS

ACES - Agrupamento de Centros de Saúde
ACM - Alto Comissariado para as Migrações
AML - Área Metropolitana de Lisboa
APAV- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
ARI - Autorização de Residência para Atividade de Investimento
CEB - Ciclo de Ensino Básico
CLAIM - Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes
CLAS – Conselho Local de Ação Social
CMVFX – Câmara Municipal de Vila Franca de Xira
CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CS – Centros de Saúde
DSS – Divisão de Saúde e Solidariedade
DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos
EU – União Europeia
EUROSTAT- Autoridade Estatística da União Europeia
FAMI – Fundo para o Asilo, Migração e Integração
GNR – Guarda Nacional Republicana
IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional
IGOT- Instituto de Geografia e Ordenamento do Território
IMAD – Índice dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade
MGF – Medicina Geral e Familiar
MIPEX – Índice de Políticas de Integração de Migrantes
UF – União de Freguesias
NPT – Nacionais de Países Terceiros
OIM – Organização Internacional das Migrações
OMS – Organização Mundial de Saúde
PEM – Plano Estratégico para as Migrações
PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PMIMVFX – Plano Municipal para a Integração de Migrantes do Concelho de Vila Franca de Xira
PSP – Polícia de Segurança Pública

SAASI - Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social Integrado

SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SNS – Sistema Nacional de Saúde

SWOT – *Strengths* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Opportunities* (Oportunidades), *Threats* (Ameaças)

UCC – Unidade de Cuidados na Comunidade

UCSF - Unidades de Centros de Saúde Familiar

URAP - Unidades de Recursos Assistenciais Partilhados

USP - Unidade de Saúde Pública

1. ENQUADRAMENTO

O fenómeno das migrações tem sido, ao longo dos séculos, foco de preocupação dos diversos governos dos países que se dedicam à elaboração de políticas de acolhimento e integração das comunidades que imigram para fora do seu país em busca de melhores condições de vida.

O perfil migratório dos países tem mudado significativamente, a um ritmo acelerado, nos últimos anos. O fenómeno da globalização, as crises financeiras e as assimetrias entre blocos económicos justificam estas mudanças.

Os impactos das migrações internacionais são múltiplos, tendo inerentes a diversidade cultural das sociedades, o aprofundamento das relações entre países, o empreendedorismo e a inovação, a abertura de mercados, os contributos líquidos para as finanças públicas e os efeitos na demografia.

O fenómeno migratório também se complexificou. Já não se trata apenas da migração sul-norte. As populações migrantes tornaram-se mais diversificadas em razão dos países de origem, dos países de destino, da duração migratória e dos motivos para a migração.

No caso português, o perfil migratório alterou-se profundamente desde os anos 60 do século passado. De um país fortemente marcado pela emigração transformou-se, na década de 90 do mesmo século, num país muito procurado por migrantes para viverem e trabalharem.

Esta alteração de perfil tem várias explicações: a melhoria das condições económicas e sociais, que conduziu a uma maior atratividade para trabalhadores e trabalhadoras de outros Estados; um vasto programa de obras públicas e de construção de infraestruturas, que permitiu a capacidade de absorção de muitas pessoas nesses setores, maioritariamente em posições pouco qualificadas; e, finalmente, a instabilidade política e social em países com os quais Portugal tem históricas relações culturais e afinidades linguísticas, que justificou a procura por melhores condições de vida em Portugal.

Os fluxos migratórios em Portugal apresentam, assim, uma variabilidade assinalável ao longo dos últimos anos. No passado recente, os fluxos migratórios de entrada foram muito expressivos, conduzindo a um aumento significativo da população NPT residente entre os anos de 2000 e 2010. Os fluxos migratórios de saída permaneceram constantes durante o início da década, tendo-se verificado um acréscimo assinalável desde 2008. O

saldo migratório apresentou, entre 2000 e 2010, sempre valores sempre positivos, apesar de tendencialmente decrescentes. Já nos últimos anos, os saldos migratórios têm tido valores negativos.

A Organização Internacional das Migrações (OIM), responsável pela cooperação nas questões de imigração a nível internacional, recomenda que os países acolham e implementem políticas de integração plena das comunidades migrantes nos seus países, de forma a minimizar as irregularidades no dever de acolher e integrar, oferecendo as condições dignas de integração. Este tipo de acolhimento e integração concorrem para a diminuição de outros fenómenos que surgem do movimento migratório: a discriminação e o racismo.

Nos últimos anos, o saldo migratório em Portugal deixou de conseguir compensar os valores negativos do saldo natural. O país encontra-se numa situação de fragilidade demográfica, sendo neste contexto que deve ser analisado o fenómeno migratório e ser desenhada uma política transversal que atenda à evolução deste sistema. Assim, a política de imigração em Portugal deve refletir as mudanças dos perfis migratórios.

Estudos demonstram o efeito positivo da imigração nas contas públicas, sendo as pessoas migrantes contribuintes líquidos. Mas o impacto pode ainda ser medido por outras dimensões. Em paralelo com o investimento nas áreas da educação, da investigação e desenvolvimento das infraestruturas públicas e das políticas de emprego, o investimento em políticas migratórias contribui diretamente para a inovação, gestão e mobilização do talento, progresso tecnológico, captação de riqueza, abertura cultural e aumento da qualificação e mobilidade do capital humano.

Finalmente, a circularidade em que hoje se processam muitas migrações e a crescente mobilidade de migrantes portugueses e estrangeiros que aproveitam oportunidades profissionais em diferentes países, aconselham a que os fluxos migratórios sejam considerados com uma visão de conjunto. É neste contexto que alguns países, tradicionalmente sujeitos a significativos fluxos de imigração e de emigração, têm procurado gradualmente articular e integrar as políticas migratórias, quer as relativas às entradas, quer as relativas às saídas, evitando visões parcelares ou atomistas e internalizando uma visão integrada do fenómeno imigratório e emigratório, de modo a permitir o desenvolvimento consolidado de respostas. Deste modo, é hoje evidente que uma política migratória eficaz deve fundar-se na gestão integrada e equilibrada dos fluxos migratórios.

1.1 A integração de pessoas Nacionais de Países Terceiros no Município de Vila Franca de Xira

No que diz respeito ao compromisso da autarquia relativamente às políticas locais de acolhimento e integração de pessoas NPT e suas descendentes, o município de Vila Franca de Xira, além da elaboração do presente plano, prevê em sede de Regulamento Orgânico dos Serviços Municipais, nas Competências da Divisão de Saúde e Solidariedade, “desenvolver programas e medidas de apoio à participação e integração da população imigrante e de promoção da interculturalidade.”

Partindo de uma análise *SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunites, Threats)*, que permite definir as relações existentes entre as forças e as fraquezas de uma entidade ou organização e as tendências mais globais, no âmbito da aplicação do Inquérito sobre as políticas locais de acolhimento e integração de imigrantes e seus descendentes, elencam-se as principais forças e oportunidades existentes no concelho e que concorrem para uma integração desejável dos cidadãos e cidadãs NPT.

Os temas da imigração e da diversidade cultural são objeto de debate público no município, sobretudo no âmbito da Rede Social, estando também incluídos nos discursos oficiais e comunicações da autarquia, designadamente em notícias na página de Internet da Câmara Municipal ou folhetos com a informação sobre os CLAIM. De facto, tem vindo a assistir-se a uma preocupação crescente com as questões do acolhimento e integração de pessoas NPT, o que se consubstancia na alocação de verbas destinadas a ações desta natureza e no estabelecimento de parcerias com projetos que procuram sensibilizar para a diversidade cultural, prevenindo a discriminação e a xenofobia junto de jovens, docentes, técnicos de intervenção comunitária e forças de segurança.

O compromisso do município com as questões das migrações concretiza-se, igualmente, na existência de um serviço descentralizado, há mais de quinze anos, dedicado especificamente ao acolhimento e integração de pessoas NPT e à promoção da interculturalidade – os Centros Locais de Atendimento a Imigrantes, em parceria com o Alto Comissariado para as Migrações (ACM).

Assim, o município entende a comunidade de pessoas NPT como um recurso e uma mais-valia para o território, sendo por isso fundamental a construção de um documento oficial que enquadre o acolhimento e a integração de pessoas NPT e seus descendentes, promovendo a interculturalidade e a tolerância, assente num diagnóstico detalhado e participado pelas diferentes entidades públicas e privadas que atuam no território concelhio e pelas próprias pessoas migrantes, potenciando os níveis de integração dos cidadãos e cidadãs NPT.

1.2 Políticas Nacionais de Integração

Segundo o IV Index de Políticas de Integração de Migrantes, Portugal “é um país de integração”. As pessoas NPT residentes em Portugal beneficiam das políticas de integração mais favoráveis do mundo desenvolvido, à frente da maioria dos países nórdicos e tradicionais de imigração.

Uma dessas políticas de imigração “amigas da família” é o reagrupamento familiar que permitiu a reunião familiar e, conseqüentemente, a aquisição da nacionalidade portuguesa por parte dos restantes membros da família.

Estando Portugal bem posicionado em relação aos outros países da Europa, por dispor das melhores políticas de integração de cidadãos e cidadãs NPT, sobretudo nos últimos anos em que se assiste a uma diminuição demográfica das populações, torna-se cada vez mais necessário atrair pessoas com o propósito de colmatar essa fragilidade e contribuir para a sustentabilidade social e económica do país.

O ACM, órgão do governo responsável pela implementação das políticas de integração das comunidades migrantes a nível nacional, trabalha em estreita parceria com as instituições da sociedade civil, por forma a garantir a boa execução dessas políticas.

Assim, e porque é do entendimento do governo que a integração se faz ao nível do poder local, surgem os Planos Municipais para a Integração de Imigrantes coordenados pelo ACM e financiados pelo FAMI (Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração), agora na segunda fase de financiamento da elaboração de Planos Municipais, continuando a dar resposta a lacunas existentes na implementação das políticas de integração de migrantes em Portugal.

Em face deste enquadramento, é certamente necessário consolidar o trabalho de acolhimento e de integração social e, sobretudo, redobrar esforços na correta inclusão das segundas e terceiras gerações daqueles que, descendendo de imigrantes, já são novos cidadãos e cidadãs portugueses/as, através de mais ações de integração em escola, formação e emprego e de mais boas práticas que inculquem nos e nas jovens uma cultura de responsabilidade, participação e confiança em si e na sociedade de que fazem parte.

Para além disso, é também vital, neste seguimento, perspetivar as migrações como parte de uma estratégia de valorização e crescimento económico de Portugal, de gestão e valorização do talento e da mobilidade, reforçando e promovendo o contributo das populações migrantes para esse objetivo. Não podendo, nem devendo, ser uma política

vocacionada apenas para a situação do mercado laboral interno, a política migratória deve ter em consideração uma perspetiva económica e social mais ampla e renovada que se traduza, nomeadamente, num maior reconhecimento e valorização das competências das pessoas NPT e nas condições de criação de novos empregos e novos projetos económicos em Portugal. Deve, por isso, olhar-se para as migrações como uma via essencial para gerir e valorizar o talento. O fenómeno das migrações é estratégico no processo de transformação de talentos produzidos em talentos concretizados, que provocam um impacto na sociedade e no contexto empresarial.

O amplo consenso político em torno do tema das migrações em Portugal tem permitido o sucesso das políticas migratórias. Este consenso tem sido expresso na prática política e, também, nas expressivas maiorias de aprovação na Assembleia da República dos principais instrumentos legislativos, de que são exemplo as alterações ao regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, aprovado pela Lei n.º 23/2007, de 4 de julho e a Lei da Nacionalidade.

Este consenso verifica-se não apenas quanto à necessidade de adequada integração das pessoas NPT, mas também quanto à imprescindível promoção da legalidade migratória, à erradicação de redes de imigração ilegal e à fiscalização e punição de empregadores coniventes com estas redes. Este controlo e consciência são tanto mais importantes quanto é sabido que o país atravessa uma crise económica ao mesmo tempo que as fronteiras externas da União Europeia são objeto de uma pressão migratória sem precedentes, revelando situações de grande carência humanitária.

O financiamento do Fundo Asilo, Migração e Integração (FAMI) apoia os esforços dos Estados-Membro para promover as suas capacidades de acolhimento das pessoas migrantes, melhorar a qualidade dos procedimentos de asilo de acordo com as normas da União, integrar as pessoas migrantes a nível local e regional e aumentar a sustentabilidade dos programas de regresso.

O PMIMVFX surge no âmbito da medida 1 do Plano Estratégico para as Migrações (PEM), onde se prevê a criação de cinquenta Planos Locais para as Migrações enquanto ferramenta de desenvolvimento de políticas locais na área do acolhimento e integração de migrantes. Enquadra-se no OE2-INTEGRAÇÃO E MIGRAÇÃO LEGAL - OE2.ON2 Integração, respeitando ao Aviso da candidatura: 65/FAMI/2019, registando como Nº de Projeto: PT/2019/FAMI/446.

1.3 Âmbito, objetivos e estrutura

Considerando o entendimento do Município de Vila Franca de Xira no que respeita à relevância da existência de mecanismos de promoção da integração de pessoas NPT, patente nas ações desenvolvidas, afigura-se como fundamental a construção de uma visão estratégica estruturante da intervenção já despoletada, por um lado, e, por outro, a adoção de práticas que permitam colmatar lacunas identificadas no que se refere à integração de pessoas NPT no concelho.

Com este plano, o Município ficará dotado de um novo instrumento estratégico para a prossecução de um conjunto de objetivos, funcionando igualmente como fator de inovação ao nível da construção das políticas locais de integração das pessoas NPT. Assim, o Plano tem como objetivos:

1. Identificar os recursos existentes e as principais problemáticas e necessidades das pessoas NPT, através da realização de um diagnóstico local.
2. Desenhar respostas integradas e eficazes em matéria de apoio, acolhimento e integração local das pessoas NPT, com vista a contribuir para o combate à pobreza, exclusão social e discriminações.
3. Promover relações de convivência intercultural, valorizando as diferentes culturas, contribuindo para o combate à discriminação.
4. Promover a participação das pessoas NPT na definição das políticas locais, de forma a permitir uma melhor integração.

Com a preocupação de promover uma integração plena dos cidadãos e cidadãs NPT residentes no Município, Vila Franca de Xira apresentou a sua candidatura ao financiamento do FAMI para a elaboração do seu Plano Municipal para a Integração de Migrantes no concelho, promovendo uma articulação mais estreita com os parceiros sociais na execução de atividades de forma concertada e mais sustentável.

O Plano tem como base um diagnóstico das políticas locais de integração das pessoas NPT no concelho de Vila Franca de Xira, bem como das respostas existentes a este nível, mobilizando os vários *stakeholders* com especial relevância nesta matéria através de metodologias participativas, numa lógica *bottom-up*. Não obstante, não pode deixar de referir-se que a fase de diagnóstico coincidiu com o eclodir da pandemia COVID-19 em Portugal, e, conseqüentemente, com a fase de confinamento, o que acabou por revelar



impactos significativos na concretização de algumas das atividades de mobilização de entidades parceiras. Por esta razão, e porque a realidade é um fenómeno dinâmico, com o intuito de colmatar estas lacunas iniciais, pretendem efetuar-se atualizações periódicas do diagnóstico, perspetivando a introdução de medidas/atividades que possam ir ao encontro de necessidades decorrentes da situação de exceção vivenciada.

A estrutura do PMIMVFX 2019-2022 segue as orientações do ACM quanto à estrutura-tipo dos Planos Municipais para a Integração de Migrantes, encontrando-se, assim, dividido em três grandes capítulos: o primeiro estabelece o enquadramento do Plano, identificando a sua relação com as políticas comunitárias e nacionais de migrações, bem como o âmbito, objetivos, metodologia e processo conducente à sua aprovação; o segundo apresenta o diagnóstico local atualizado, organizado em função das áreas temáticas predefinidas pelo ACM; o terceiro desenvolve o Plano, elencando os seus objetivos estratégicos, objetivos operacionais e medidas, seguindo as mesmas áreas de intervenção, determinando ainda a metodologia de monitorização e avaliação e o modelo de acompanhamento e governação.

1.4 Metodologia

O PMIMVFX será coordenado pela Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e conta com uma fase de conceção de 6 meses (dezembro 2019 a maio 2020) e uma fase de implementação de 23 meses (junho 2020 a abril de 2022).

A elaboração do Plano Municipal seguiu uma metodologia organizada em 5 fases: i) Processo Participativo; ii) Processo de Diagnóstico; iii) Processo de Planeamento; iv) Processo de Monitorização e Avaliação e v) Processo de Validação e Aprovação, baseando-se no enquadramento nacional para as migrações, decorrente da política comunitária em vigor e do Plano Estratégico para as Migrações (PEM), o qual prevê a criação de ferramentas para o desenvolvimento de políticas locais na área do acolhimento e integração, assim como implementar o índice dos municípios amigos dos imigrantes e da diversidade (IMAD).

Neste seguimento, o PMIMVFX assenta em três eixos de intervenção e quinze áreas estratégicas:

Eixo 1 – Acolhimento: Serviço de Acolhimento e Integração; Urbanismo e Habitação; Educação e Língua; Saúde, Solidariedade e Resposta Social;

Eixo 2 – Integração e Participação: Mercado de trabalho e Empreendedorismo; Capacitação e Formação; Igualdade de Género; Racismo e Discriminação; Cidadania e Participação Cívica;

Eixo 3 – Interculturalidade: Cultura; Reconhecimento e Prevenção de Práticas Tradicionais Nefastas; Média e Sensibilização da Opinião Pública; Religião e Relações Internacionais.

Para a conceção e implementação do PMIMVFX, a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira designou como coordenadora a Divisão de Saúde e Solidariedade, utilizando o Conselho Local de Ação Social da Rede Social de Vila Franca de Xira, através de um grupo restrito, como estrutura de acompanhamento, conceção e monitorização, bem como outros atores privilegiados considerados de especial relevância para a sua prossecução.

Assim, logo na fase de candidatura, com o intuito de responder de forma mais eficaz e eficiente aos objetivos gerais e, posteriormente, aos objetivos estratégicos de cada uma das áreas obrigatórias de atuação, foram envolvidos os seguintes parceiros: Saúde - Hospital de Vila Franca de Xira e o Agrupamento de Centros de Saúde Estuário do Tejo; Emprego - Instituto de Emprego e Formação Profissional e um conjunto de empresas sediadas no Concelho de Vila Franca de Xira e que fazem parte do Conselho Local de Ação Social (CLAS); Apoio Social - Instituto da Segurança Social, I.P. e um conjunto de Instituições Particulares de Solidariedade Social com intervenção desde a 1ª infância à pessoa idosa, sediadas no Concelho e também elas integrantes do CLAS; Educação - Agrupamento de Escolas de Vialonga e Agrupamento de Escolas do Bom Sucesso;



Associativismo - Associação dos Africanos e Associação Cabo-Verdiana Finabrava; Territórios críticos - Associação para a Promoção da Saúde e Desenvolvimento Comunitário; Poder Local – Juntas de Freguesia.

Posteriormente ao processo de candidatura, o ACM, I.P. convidou o município de Vila Franca de Xira para aplicação do Índice dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade (IMAD), no âmbito do diagnóstico para a conceção do Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Vila Franca de Xira. O inquérito foi aplicado no concelho no dia 2 de dezembro de 2019.

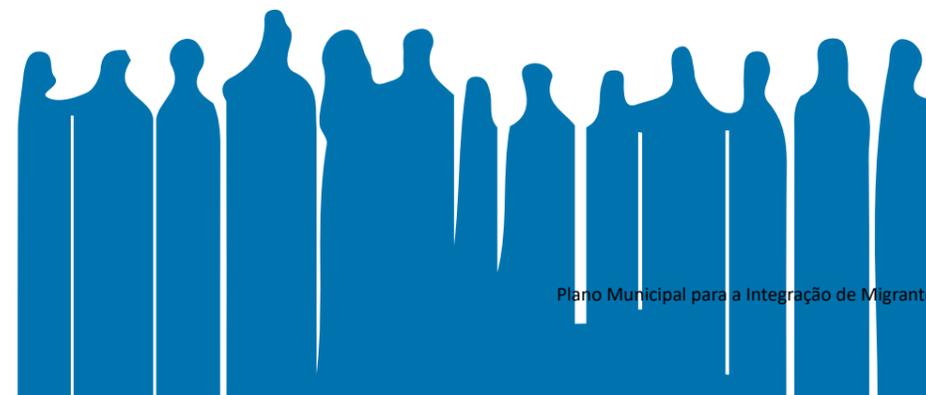
Uma vez tratada a informação recolhida por parte dos inquiridores responsáveis pela aplicação do IMAD, a mesma deu origem a um relatório cujas conclusões foram consideradas no capítulo de Diagnóstico do Plano e no delineamento das medidas de intervenção.

Com o intuito de garantir uma abordagem *bottom up*, foi adjudicada a realização de um estudo ao Centro de Estudos Geográficos do Instituto de Geografia e Ordenação do Território da Universidade de Lisboa, (IGOT) perspetivando obter dados de diagnóstico que conjuguem uma leitura estatística da realidade territorial, mas também uma abordagem mais compreensiva do território, envolvendo os principais agentes de relevância no que respeita à integração de pessoas NPT. Esta metodologia compreendia a realização de um *focus group* que envolvesse representantes do tecido institucional do concelho, incluindo, naturalmente, representantes das associações de pessoas NPT. Contudo, considerando a imposição de redução do contacto social devida à pandemia por COVID-19, não foi possível concretizar este passo fundamental para o levantamento de necessidades, tendo o mesmo sido substituído por contactos telefónicos junto dos principais *stakeholders* identificados. Por esta razão, pretende-se considerar a atualização regular do diagnóstico como parte integrante do Plano, permitindo assim realizar ainda esta atividade e integrar eventuais novos contributos e/ou novas realidades numa avaliação *ongoing* que norteie a intervenção.

1.5 Processo de Aprovação

O PMIMVFX 2019-2022 foi sujeito a apreciação preliminar pelo ACM, com vista a recolher contributos e sugestões e a permitir a sua harmonização com os pressupostos de elaboração deste tipo de Planos, conforme estão definidos por esta Entidade.

Após a validação do ACM, o PMIMVFX 2019-2022 é submetido a aprovação em reunião de Câmara de Vila Franca de Xira e, posteriormente, remetido para aprovação da Assembleia Municipal de Vila Franca de Xira. Para ser dado conhecimento a todas as entidades com intervenção no concelho, o Plano é apresentado em sede de Conselho Local de Ação Social. Por último, o documento é apresentado publicamente em sessão oficial de apresentação aberta à população e divulgada junto dos meios de comunicação social locais.



2. DIAGNÓSTICO LOCAL

2.1 Metodologia

Neste ponto, apresentam-se e discutem-se os métodos de investigação utilizados na pesquisa que se realizou entre janeiro e maio de 2020. Optou-se, num primeiro momento, por uma triangulação metodológica (Figura 1) que permitiria integrar diferentes técnicas de análise de modo a tirar o maior partido tanto da informação secundária já existente (estudos, relatórios, livros, artigos publicados), como da informação primária que se recolheria através de entrevistas e de um *focus group* com observadores privilegiados e *stakeholders* locais. A seleção dos participantes para este projeto incluiria a rede de *stakeholders* já constituída formalmente ao nível municipal, ampliando-a com a inclusão de outras associações, grupos ou indivíduos considerados relevantes.

A metodologia utilizada nesta investigação parte da problematização contextual de Portugal, da Área Metropolitana de Lisboa (AML) e do concelho de Vila Franca de Xira, em particular, sobre a dinâmica imigratória. Consiste numa metodologia mista, de carácter quantitativo e qualitativo, que se especifica de seguida.



Figura 1 – Esquema Metodológico

2.1.1 Fases da Investigação e Métodos de Recolha da Informação

Num primeiro momento, desenvolveu-se um trabalho de investigação que teve por base a análise de diversos documentos oficiais, literatura académica e dados estatísticos, sobre a imigração em Portugal, na Área Metropolitana de Lisboa e no concelho de Vila Franca de Xira.

Posteriormente, e com o objetivo de ter a participação de diferentes intervenientes nas áreas do i) Acolhimento; ii) Integração e participação; e iii) Interculturalidade, planeou-se realizar entrevistas com um guião semi-diretivo às instituições identificadas no Quadro 1. Com estas entrevistas seria possível ter uma visão mais ampla e aprofundada dos principais problemas, necessidades e contributos específicos das pessoas NPT, possibilitando, assim, uma comparação sobre algumas das dimensões-chave da integração destes no concelho.

Associações de Imigrantes (4)
IEFP
Centro de Saúde
Segurança Social
Agrupamentos de Escolas
PSP – Divisão de Vila Franca de Xira
Mordomo da festa do Bairro Municipal de Vialonga
Comerciante chinês
Igreja

Quadro 1 – Instituições a entrevistar

No momento seguinte, e com o objetivo de aprofundar as principais prioridades e ter uma participação direta e coletiva dos diferentes intervenientes associativos e institucionais, planeou-se um *focus group* que contaria com a participação dos representantes de instituições parceiras da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira nesta área da integração das pessoas NPT e da interculturalidade, às quais se juntaria a Guarda Nacional Republicana (GNR) (Quadro 2).

Associações de Imigrantes (4)
<ul style="list-style-type: none"> • Associação Finabrava Portugal • Associação de Africanos do Concelho de Vila Franca de Xira • Rotas da Lusofonia • Djunta Mo - Vialonga
Associação para a Promoção da Saúde e Desenvolvimento Comunitário
IEFP
ACES Estuário do Tejo
Centro Distrital de Lisboa – Instituto de Segurança Social
Agrupamentos de Escolas do Bom Sucesso e Vialonga
PSP – Divisão de Vila Franca de Xira
GNR

Quadro 2 – Instituições a contactar para o *focus group*

2.1.2 Limitações

No presente contexto, relativo à situação de pandemia de Covid-19, algum do trabalho previsto teve de ser adiado. Tinha sido previsto inicialmente realizar entre 6 e 12 entrevistas presenciais e um *focus group*. Contudo, devido à necessidade de confinamento, as entrevistas não se puderam realizar presencialmente e o *focus group* foi adiado.

Assim, num primeiro momento, foi pedido às diversas instituições que respondessem à entrevista por escrito. Nesse sentido, os atores chave em causa foram contactados por e-mail no sentido de concederem uma entrevista online. Contudo, a generalidade da informação acabou por ser recolhida através do preenchimento por escrito do guião da entrevista.



2.2 Retrato da População NPT Residente em Vila Franca de Xira

2.2.1 Visão Geral

O volume de cidadãos e cidadãs NPT com presença devidamente documentada em Portugal conheceu um crescimento bastante rápido entre 1974 e meados da década de 1980, passando de pouco mais de 16 mil pessoas no primeiro ano para quase 74 mil na segunda data. Esta subida deveu-se em grande medida à chegada de milhares de pessoas das antigas colónias africanas que se tornaram países independentes entre 1974 e 1975, e que, por força da entrada em vigor do Decreto-Lei nº308A/75 de 24 de junho, se tornaram, automaticamente, cidadãos e cidadãs NPT. As nacionalidades predominantes reportavam-se ao continente africano, com particular destaque para os países lusófonos.

Portugal era nos anos de 1990 um país relativamente atraente para os e as NPT, principalmente dos PALOP. A chegada de pessoas NPT e a ausência de uma política clara de regulação dos fluxos levou o governo português, após pressão das associações de imigrantes e de Direitos Humanos, a abrir um período de regularização extraordinária em 1992/93, no qual se documentaram 39 166 pessoas, 72,4% dos PALOP, e outro em 1996, que permitiu a regularização de 35 082 pessoas, 66,7% dos PALOP. Estes processos fizeram crescer rapidamente o número de NPT nas estatísticas oficiais. Já no presente século outros processos de regularização extraordinária de NPT tiveram lugar, com destaque para a criação das Autorizações de Permanência em 2001, o processo específico para cidadãos e cidadãs brasileiros/as efetuado ao abrigo do denominado “Acordo Lula” de 2003 e a última regularização geral coletiva e circunscrita temporal que aconteceu em 2004/2005.

Note-se que a população NPT com idade compreendida entre os 15 e os 64 anos ocupava em 2007, 8% do emprego total em Portugal. A sua inserção no segmento secundário do mercado de trabalho fica bem patente na proporção do emprego de baixas qualificações ocupado por pessoas NPT naquele ano: 11,8% se se considerarem todos as pessoas estrangeiras e 27,5% para as pessoas chegadas nos últimos 10 anos.

O número de NPT registou uma tendência ascendente até 2009, ano em que se atingiu um dos valores mais elevados de cidadãos e cidadãs NPT documentados/as em Portugal (454 191 indivíduos ou 4,3% da população residente no país), apenas superado pelo número observado em 2018. Em 2009, o grupo dos europeus mantinha-se à frente dos restantes (38,9%), com particular destaque para a comunidade ucraniana (52 293 ou 11,5% do total).

Apesar da procura do mercado laboral português por trabalhadores e trabalhadoras NPT, a economia portuguesa tem fragilidades estruturais que se acentuaram com a crise de 2008. Como a crise foi gerida por via da austeridade, com acentuada redução do investimento público, mas também privado, o número de falências de empresas aumentou, perderam-se postos de trabalho e ocorreu uma desvalorização interna, conseguida pela redução dos salários nominais, desregulação e redução da proteção laboral. Estas dificuldades refletiram-se num menor número de empregos disponíveis, o que, conjugado com a implementação e fiscalização do cumprimento de uma rigorosa legislação laboral sobre o trabalho indocumentado, levou a uma descida do número de cidadãos e cidadãs estrangeiros/as em Portugal, entre 2010 e 2015, com uma diminuição notória das pessoas da Europa de Leste e da América do Sul.

Esta redução da presença de NPT em Portugal ficou a dever-se à combinação de vários motivos. Para além do aumento dos fluxos de saída de migrantes de longa e curta duração e retorno ao país de origem, observou-se igualmente uma diminuição nos fluxos de entrada conjugada com mudanças na razão da entrada. Após atingir o valor máximo em 2008, com mais de 76 600 novos títulos, entre 2010 e 2015 verificou-se uma variação negativa na evolução da população estrangeira total. A retoma começou a verificar-se em 2016, tendo ocorrido um crescimento contínuo desde então, atingindo-se mesmo, segundo o SEF, o maior valor de NPT documentados alguma vez registado em Portugal em 2018 (480 330 indivíduos). Ainda de acordo com a mesma fonte e o seu último relatório (2018), o fluxo migratório mantém uma tendência de subida, o que se explica pelo aumento do número de nacionais da União Europeia a residir em Portugal (33,7% do total).

No ano de 2018 registou-se um aumento de 23,4% em relação a 2017. As dez nacionalidades mais representativas são: Brasil (21,9%), Cabo Verde (7,2%), Roménia (6,4%), Ucrânia (6,1%), Reino Unido (5,5%), China (5,3%), França (4,1%), Itália (3,9%), Angola (3,8%) e Guiné-Bissau (3,4%). Em 2018, destaca-se o crescimento das nacionalidades bengali (165,1%), nepalesa (141,2%) e indiana (127,3%). As acentuadas taxas de crescimento observadas nos últimos anos entre algumas comunidades provenientes de países não comunitários, em alguns períodos em contraciclo com a tendência geral de diminuição de efetivos a nível nacional, resultam da combinação de vários fatores. Têm-se, por um lado, as estratégias de contratação de trabalhadores e trabalhadoras para atividades agrícolas em regiões específicas do país, mas também os processos de reagrupamento familiar ou as migrações em cadeia, apoiadas em redes sociais constituídas por co-étnicos, resultantes da perceção de oportunidades de trabalho em determinadas regiões de Portugal. Adicionalmente, a migração de empresários que beneficiam de Autorizações de Residência para Fins de Investimento (ARI) e de alguns estrangeiros com maiores níveis de rendimento ocorrida nos últimos 4-5 anos tem também contribuído para este processo.

Quanto aos níveis de instrução, ao contrário do que frequentemente se pensa, a escolaridade das pessoas NPT residentes em Portugal é, a nível global, superior à das nacionais. Segundo o Censo de 2011, 12,7% dos estrangeiros possuem nível superior (universitário), contra 11,7% dos nacionais e 28,1% concluíram o ensino médio, enquanto apenas 13,7% completou este nível de ensino.

Ao analisar a série de dezoito anos do século XXI verifica-se que o número de estudantes sem nacionalidade portuguesa inscritos no ensino superior português, tem aumentado de forma considerável, apesar de ocorrerem algumas quebras ao longo do referido período (Quadro 3).

Ano Lectivo	N	Variação (%)
2000/01	12 717	
2001/02	15 692	23,4
2002/03	18 760	19,6
2003/04	16 155	-13,9
2004/05	17 010	5,3
2005/06	17 077	0,4
2006/07	17 950	5,1
2007/08	18 584	3,5
2008/09	17 900	-3,7
2009/10	19 223	7,4
2010/11	21 824	13,5
2011/12	28 363	30,0
2012/13	30 472	7,4
2013/14	32 811	7,7
2014/15	33 148	1,0
2015/16	37 435	12,9
2016/17	42 021	12,3
2017/18	44 485	5,9

Quadro 3 - Taxa de variação do número de estudantes NPT inscritos no ensino superior em Portugal (2000/01-2017/18)

Fonte: Direção-Geral de Estatística da Educação e Ciência em Portugal, 2018.

Como se nota, o número total de estudantes NPT no ensino superior em Portugal passou de quase 13 mil no ano letivo 2000/01 para aproximadamente 44.500 estudantes em 2017/18, com apenas dois momentos de decréscimo nos anos letivos de 2003/04 e 2008/09.

O avanço da internacionalização do ensino superior em Portugal tem sido realizado a partir de orientações comunitárias e esforços das instituições de ensino para atrair estudantes e cooperação com países da CPLP, o que tem propiciado a diversificação das origens geográficas dos estudantes com nacionalidade estrangeira.

Em Portugal esta diversificação geográfica está intimamente relacionada com as afinidades culturais, linguísticas e históricas, entre Portugal e países do continente Africano, nomeadamente Cabo Verde, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, e Sul-Americanos, com destaque para o Brasil, representando os alunos oriundos dos Estados da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), 75% dos estudantes estrangeiros em Portugal no ano letivo 2006/07.

Os alunos e as alunas provenientes de Angola e Cabo Verde foram, entre os anos letivos 2000/01 a 2008/09, aqueles com mais representatividade no conjunto de estudantes com nacionalidade estrangeira no ensino superior em Portugal, sendo a primeira posição ocupada por Angola, até ser ultrapassada pelo Brasil no ano letivo 2008/09 (Figura 2). Esta redução de estudantes provenientes dos países africanos pode estar associada à abertura de novas Universidades em alguns daqueles países entre 2006 e 2010.

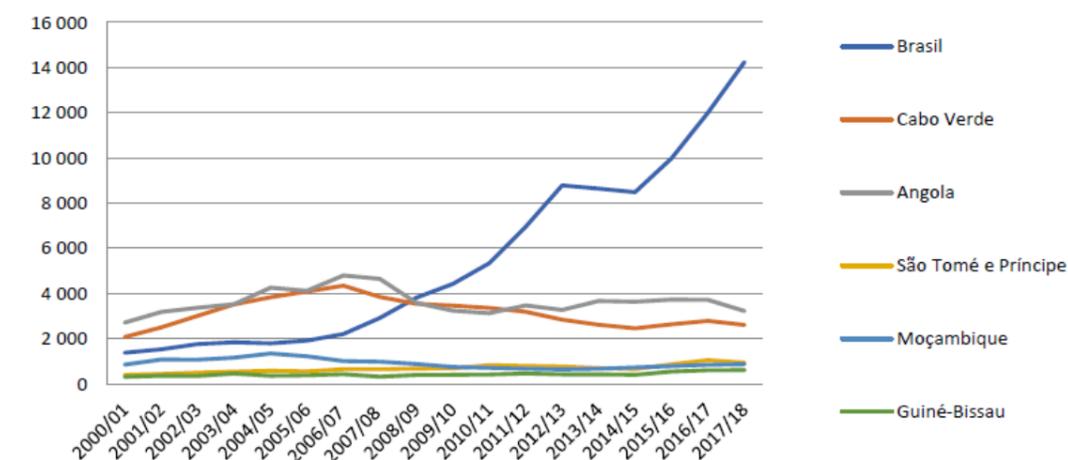


Figura 2 - Número total de estudantes pertencentes a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa inscritos no ensino superior em Portugal (2000/01-2017/18)

Fonte: Direção-Geral de Estatística da Educação e Ciência em Portugal, 2018

Contudo, o nível de escolaridade é profundamente assimétrico entre os grupos de pessoas migrantes. Enquanto os nacionais de outros países da UE (exceto Portugal) ou estrangeiros de países do Leste (Ucrânia, Moldávia) apresentam altos níveis de educação, imigrantes da China, Índia ou das ex-colónias portuguesas, especialmente as africanas, tendem a apresentar níveis mais baixos de escolaridade.

2.2.2 Área Metropolitana de Lisboa

A Área Metropolitana de Lisboa (AML) concentra um elevado número de habitantes (2 846 332 que correspondem a cerca de 27% do total de residentes em Portugal), residindo neste território a maioria da população NPT do país (51,6%), segundo o Censo de 2011, o que evidencia uma importante concentração geográfica. Segundo dados de 2018 (SEF) (Quadro 4), na AML residiam cerca de 240 963 cidadãos e cidadãs NPT, tendo havido um crescimento de cerca de 7% relativamente ao ano de 2008. Um olhar mais detalhado permite observar assimetrias internas na repartição dos cidadãos e cidadãs NPT pelo território metropolitano. Se se considerar o peso relativo destas pessoas na população residente, na margem Norte da AML, há um conjunto de concelhos que apresentam proporções superiores à média da AML (6,3%): Amadora (10,1%), Sintra (8,5%), Odivelas (8,2%), Loures (7,9%) e Cascais (7,0%). São municípios onde a presença de população NPT tem uma considerável antiguidade no contexto nacional. São territórios de chegada e de instalação das pessoas nacionais dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) que chegaram a Portugal a partir dos anos 1960 e 1970. Na margem Sul, os valores são consideravelmente mais baixos e apenas o concelho do Seixal (6,4%) tem uma proporção que ultrapassa o valor de referência regional.

	Total		Masculino		Feminino	
	2008	2018	2008	2018	2008	2018
Portugal	436.020	477.472	228.300	236.233	207.720	241.239
Área Metropolitana de Lisboa	224.089	240.963	115.263	118.768	108.826	122.195
Vila Franca de Xira	8.306	6.089	4.298	2.831	4.008	3.258

Quadro 4 - População NPT com estatuto legal de residente: total e por sexo

Fonte: INE, SEF | MAI, PORDATA

A importância da AML enquanto local de residência de NPT tem-se mantido ao longo dos anos. Recentemente, a diversidade de origens geográficas tem aumentado e sido reforçada pela chegada de cidadãos e cidadãs de países asiáticos, sobretudo provenientes da China e da Ásia do Sul. Apesar destes grupos serem numericamente mais reduzidos do que os brasileiros, os cidadãos e cidadãs dos PALOP e os europeus, têm registado importantes taxas de crescimento.

A distribuição por género das pessoas NPT que vivem na AML mostra um declínio geral de homens migrantes no período de 2008 a 2015, mantendo-se esta diferença nos dados de 2018, onde 53,18% dos cidadãos estrangeiros são mulheres. A distribuição por

género revela padrões interessantes. Enquanto as entradas globais mostram um equilíbrio de género, com algumas pequenas flutuações, os NPT asiáticos revelam uma forte taxa de masculinidade. Por outro lado, os NPT da América Central e do Sul (principalmente do Brasil) mostram uma tendência oposta, ou seja, uma alta feminização dos seus contingentes. A proporção um pouco maior de mulheres originárias de países africanos pode ser um sinal de intensificação das tendências de reagrupamento familiar, revertendo a migração predominantemente masculina que antes se verificava.

Através da análise da estrutura etária do Censo de 2011 (visto que esta variável não se encontra disponível nos dados publicados pelo SEF anualmente), pode observar-se que as pessoas NPT se destacam por exibirem uma elevada percentagem de jovens adultos e poucos idosos. Segundo dados disponibilizados pela Pordata (2018), 62,39% dos cidadãos estrangeiros residentes na AML têm entre 15 e 64 anos. Estes valores vêm destacar a imigração por motivos laborais e a elevada percentagem de população ativa dentro deste grupo. Outro indicador que reforça esta ideia é a elevada percentagem de cidadãos e cidadãs NPT a viver dos rendimentos do trabalho (segundo dados do Censo de 2011) em todas as nacionalidades (Figura 3). A população a viver a cargo da família oscila entre os 26,6% (PALOP) e 13,7% (portugueses), cifrando-se nos 15,6% entre os ucranianos. O valor mais alto de população a viver do subsídio de desemprego encontra-se entre os angolanos (8,2%), sendo de 6,0% para os moldavos e de 2,8% para os cidadãos nacionais.

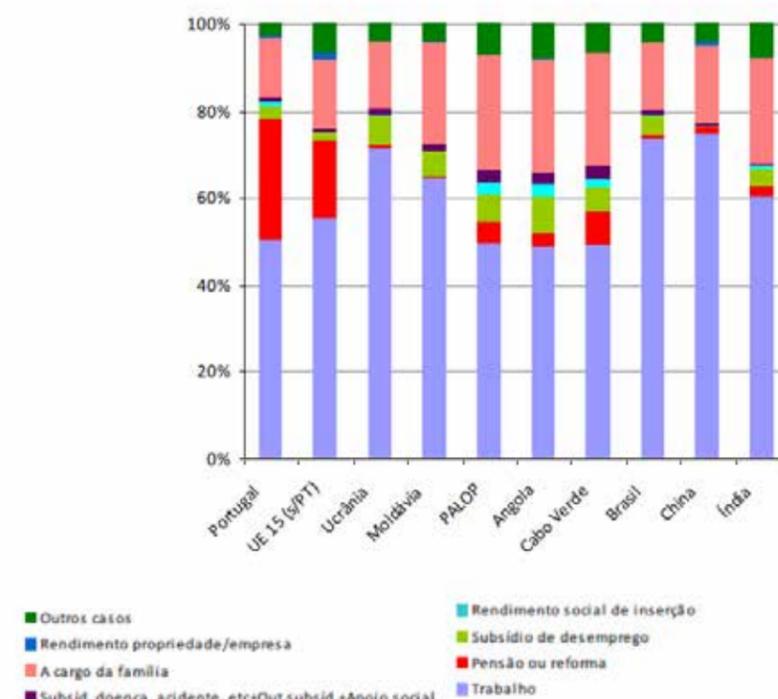


Figura 3 - População residente na AML, com >=15 anos, por principal meio de vida e grandes grupos de nacionalidades (%), 2011

O subsídio de desemprego é a principal fonte de rendimento de uma percentagem muito reduzida da população NPT residente na AML. Este valor pode ser justificado através de alguns fatores que se relacionam entre si, não refletindo os valores oficiais a complexidade das diversas situações. Por um lado, a não inscrição no subsídio de desemprego por parte das pessoas NPT (por exemplo, por vergonha) e, por outro, por uma boa parte do emprego destas pessoas ser de natureza informal. Neste último caso, a falta de um contrato de trabalho e dos devidos descontos para a Segurança Social, impedem que numa situação de desemprego a pessoa tenha direito à prestação social que lhe é devida. Esta falta de vínculo contratual pode levantar outras questões que se prendem com a falta de integração jurídico-legal. Os cidadãos e cidadãs NPT só podem beneficiar de prestações sociais se tiverem um título de residência válido em Portugal. Para que isto aconteça, estes cidadãos precisaram de ter, também, um vínculo contratual formal para que possam ter um visto de residência ou de uma autorização de trabalho. Na inexistência de um vínculo contratual, a sua situação jurídico-legal no país é colocada em causa, tal como o acesso às devidas prestações sociais.

Ao nível da escolaridade, tal como acontece de modo geral para o total do país, as pessoas nacionais dos países de Leste apresentam maiores níveis educacionais que as dos países asiáticos ou dos PALOP. (Figura 4).

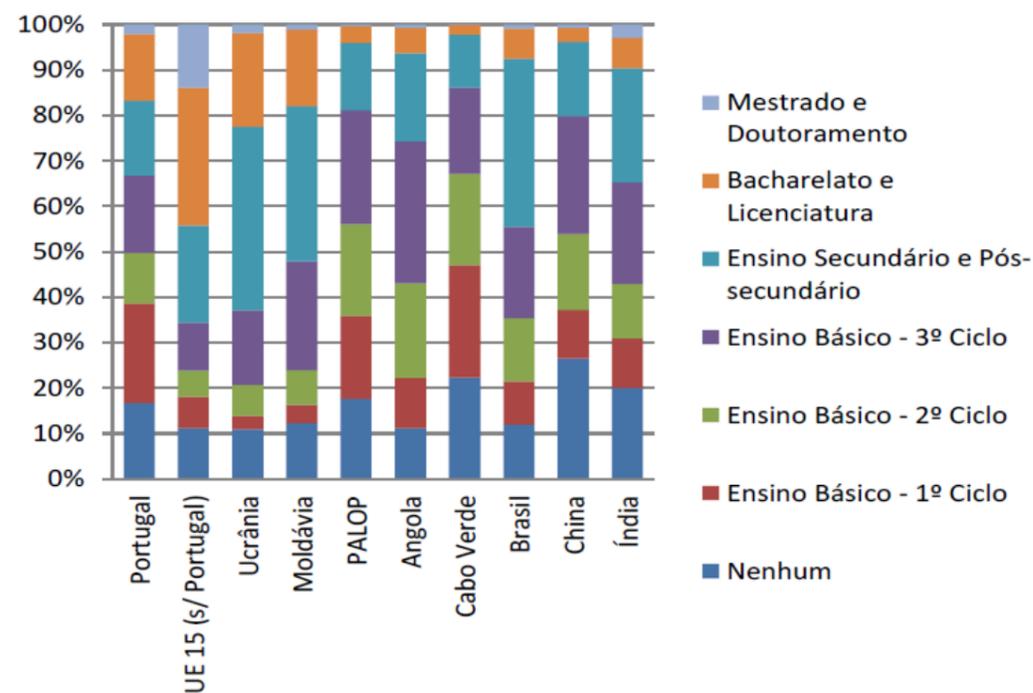


Figura 4 - Nível de educação por nacionalidade

Fonte: INE/ 2011 Censo

2.2.3 Vila Franca de Xira

A população NPT de Vila Franca de Xira diminuiu entre 2008 e 2018, de acordo com dados do SEF. Se em 2009 residiam perto de 9000 pessoas com nacionalidade estrangeira, valor máximo registado no período em análise, houve uma acentuada e constante queda do seu total entre 2009 e 2017. A crise económica e financeira que ocorreu em Portugal a partir de 2009 teve, e ainda tem, impactos duradouros na sociedade e economia portuguesas, aos quais o decréscimo da população NPT em Vila Franca de Xira não é, certamente, alheio. Adicionalmente, o aumento significativo das naturalizações (obtenção da nacionalidade portuguesa por parte de cidadãos e cidadãs NPT) a partir de 2008, na sequência da alteração da Lei da Nacionalidade, também terá contribuído para esta redução dos estrangeiros residentes. O valor mais baixo ocorreu em 2017, quando se registaram um pouco mais de 5000 habitantes com nacionalidade estrangeira, embora este tenha sido também o ano de inflexão visto que entre 2017 e 2018 ocorreu um crescimento de 638 residentes com nacionalidade estrangeira, contribuindo para um total de 8306 residentes NPT (Figura 5).

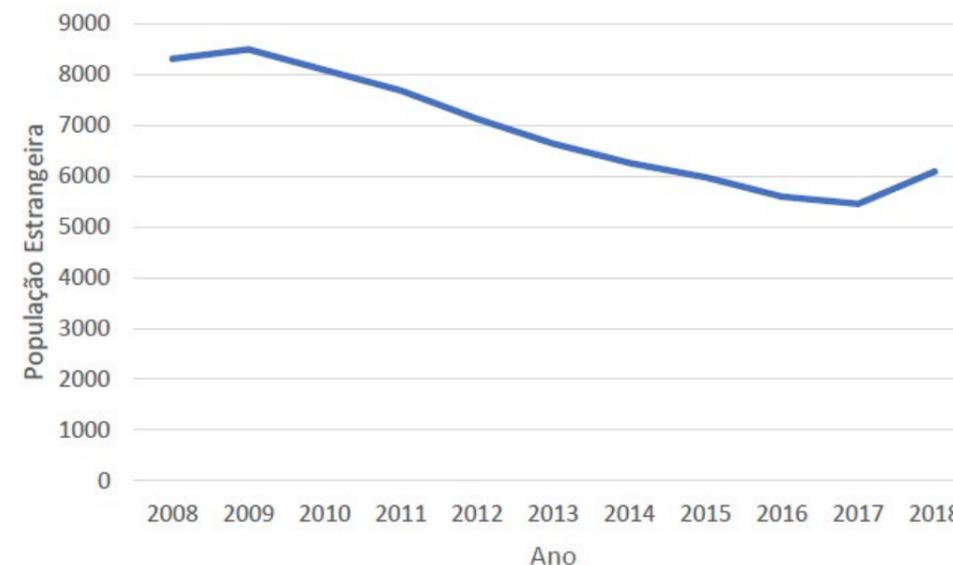


Figura 5 - População NPT (número absoluto), 2011 – 2018

Fonte: SEF, 2020

Além das alterações no total da população NPT em Vila Franca de Xira, também se registou uma evolução na percentagem por género. Em 2011, havia um equilíbrio entre a população estrangeira do sexo masculino e do sexo feminino, constituindo 49.54% e 50.46%, respetivamente.

A nível da freguesia, e com base em dados de 2011, existe um equilíbrio entre a percentagem de homens e mulheres NPT, embora nas freguesias de Vialonga e Póvoa de Santa Iria e Forte de Casa a percentagem de homens com nacionalidade estrangeira seja um pouco mais baixa, rondando os 46%. (Figura 6).

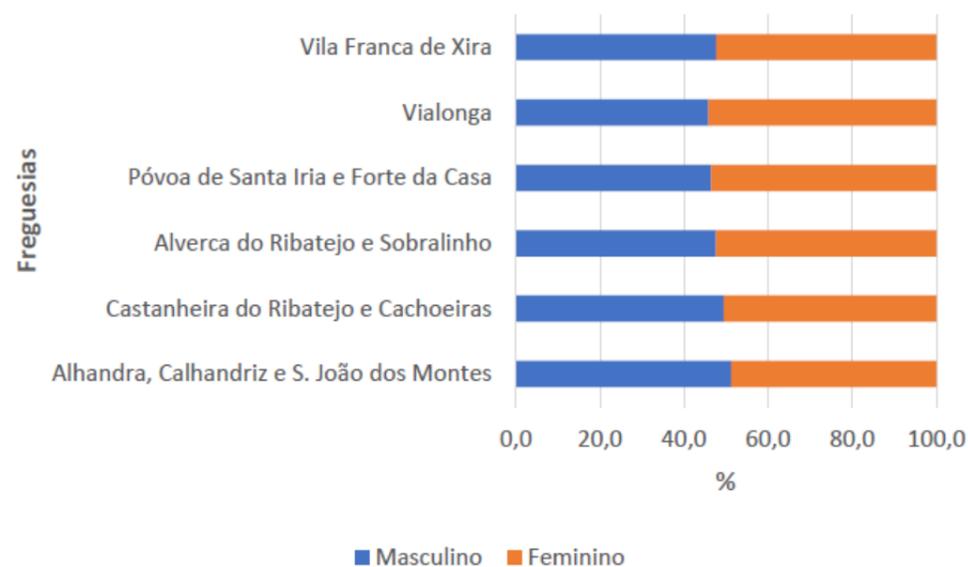


Figura 6 - Percentagem de residentes NPT, por freguesia e sexo (2011)

Fonte: INE (2011)

Em 2018, no que respeita ao concelho, registou-se um aumento da população NPT do sexo feminino em detrimento do sexo masculino, com a primeira a corresponder a 53,51% e a segunda a 46,49%.

Considerando os grupos etários, à freguesia e com base nos censos de 2011, é possível verificar que a maioria da população NPT está sobretudo na idade ativa (entre 20 e 64 anos), com valores diminutos para a população com mais de 65 anos em todas as freguesias. A população NPT com menos de 20 anos é também expressiva, com exceção nas freguesias de Castanheira do Ribatejo e Cachoeiras e Alhandra, Calhandriz e S. João dos Montes que têm valores reduzidos, muito em virtude também da baixa população estrangeira em geral. Nestas duas freguesias, a população com mais de 65 anos é quase nula (Figura 7).

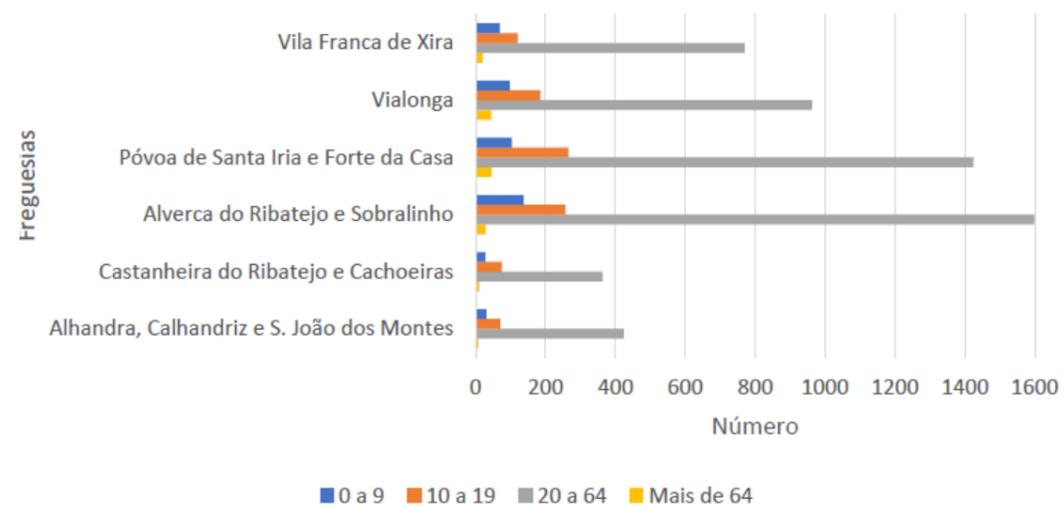


Figura 7 - Grupos etários dos residentes NPT por freguesia (2011)

Fonte: INE, 2011

No que respeita ao stock da população NPT, em 2011, existiam 7130 residentes em Vila Franca Xira, correspondendo a um valor de 7,8% em relação ao total da população do município. A maioria desta população estava concentrada em 4 freguesias, nomeadamente, Alverca do Ribatejo e Sobralinho (2020 residentes), Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa (1837 residentes), Vialonga (1288 residentes) e Vila Franca de Xira (979 residentes). (Figura 8).

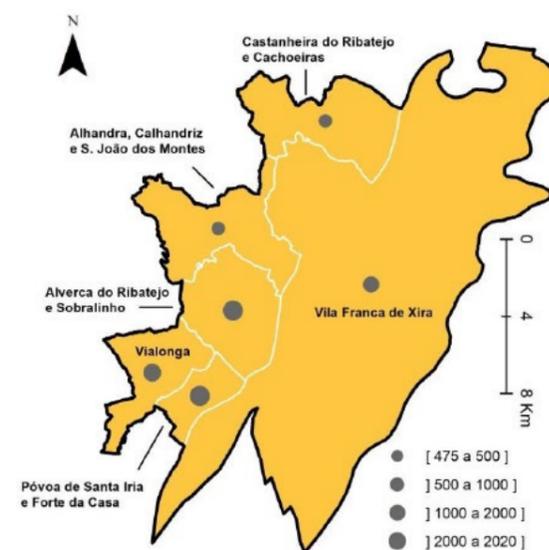


Figura 8 - População NPT por freguesia (número absoluto), 2011

Fonte: INE, 2011

Quando se considera o peso relativo das pessoas NPT residentes nestas freguesias no total de população NPT do concelho (Figura 9), verifica-se que estas concentram mais de 85% do total de pessoas NPT a viver em Vila Franca de Xira. Os valores de distribuição da população NPT não diferem muito da distribuição total se se considerar que 84% do total da população com nacionalidade portuguesa reside nas freguesias anteriormente mencionadas. Assim, a tendência de concentração desta população parece seguir a tendência geral da população portuguesa, estabelecendo residência nos principais centros urbanos e de emprego do concelho e em proximidade das principais vias de comunicação rodoviárias e ferroviárias.

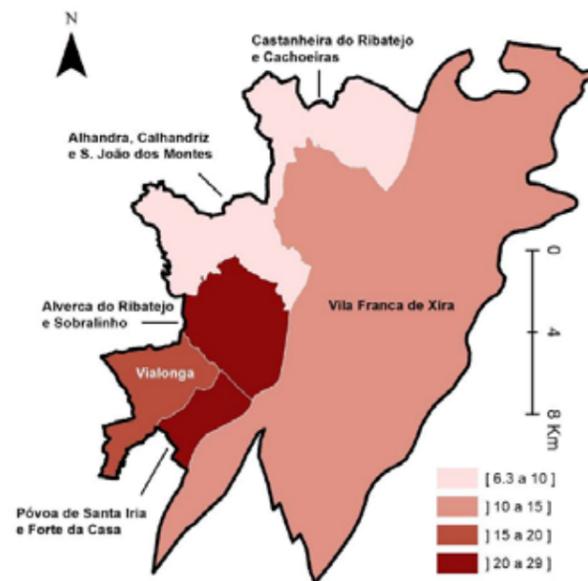


Figura 9 - Percentagem de população NPT por freguesia (pelo total da população estrangeira no concelho) em 2011

Fonte: INE, 2011

Quando se considera a percentagem da população NPT sobre a população total de cada freguesia, o cenário é bastante equilibrado, visto que os valores variam entre 4 e 6,1%. As freguesias com maior percentagem são Vialonga (6,1%), Castanheira do Ribatejo e Cachoeiras (5,7%), Alverca do Ribatejo e Sobralinho (5,6%) e Vila Franca de Xira (5,3%).

As principais nacionalidades da população residente em Vila Franca de Xira, em 2011 e por freguesia, são a brasileira (média de 40%), as do conjunto dos PALOP (média de 28%) e as europeias (média de 26%), como se pode observar no Quadro 5. A população brasileira é, de longe, a nacionalidade mais representada em todas as freguesias, com exceção de Vialonga (17,9%), constituindo mesmo mais de metade dos residentes NPT na União de Freguesias (UF) de Castanheira do Ribatejo e Cachoeiras (53,5%). Relativamente aos cidadãos e cidadãs dos PALOP, são o segundo grupo mais representado, com valores bastante elevados nas freguesias de Vialonga (54%) com uma forte expressão de cabo-verdianos (29%) e angolanos (13%), na UF Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa (40%) com a população cabo-verdiana a ser novamente o grupo principal (17%) seguido dos angolanos (9,8%).

Perto de um quarto da população NPT da UF Alverca do Ribatejo e Sobralinho também é originária dos PALOP, embora com valores mais equilibrados entre angolanos, cabo-verdianos e guineenses. Importa ainda referir a forte expressão que a população romena tem em todas as freguesias, sendo a nacionalidade europeia que mais se destaca, de longe, com as freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho, Vialonga e Castanheira do Ribatejo e Cachoeiras a terem as maiores percentagens. Ainda assim, a população europeia, no seu conjunto, representa em todas as freguesias cerca de um terço ou de um quarto do total de pessoas NPT, sendo, na generalidade, metade do seu conjunto, população com origem na União Europeia (UE 27), onde se incluem os romenos que representam a maioria deste conjunto. Por fim, importa mencionar a importância da população com nacionalidade chinesa, que embora com percentagens baixas (média de 2%), tem valores constantes, e sem grandes variações, em todas as freguesias.

Freguesia	Europa UE 27	Roménia	PALOP	Angola	Cabo Verde	Guiné-Bissau	Moçambique	São Tomé e Príncipe	Brasil	China
Alhandra, Calhandriz e S. João dos Montes	27.5	7.7	3.2	18.3	7.53	5.08	2.45	0.56	2.64	47.83
Alverca do Ribatejo e Sobralinho	29.2	15.1	12.1	26.6	10.45	7.43	6.78	0.84	1.09	38.47
Castanheira do Ribatejo e Cachoeiras	28.4	14.1	10.5	13.9	5.26	2.95	4.00	0.21	1.47	53.47
Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa	21.7	11.2	7.5	40.4	9.80	17.04	7.84	1.36	4.41	31.19
Vialonga	24.3	15.1	12.1	54.0	13.12	28.65	5.82	1.86	4.58	17.86
Vila Franca de Xira	24.8	11.1	4.0	15.5	6.03	5.11	1.74	0.92	1.74	55.16
Média	26.0	12.4	8.2	28.1	8.7	11.0	4.8	1.0	2.7	40.7

Quadro 5 - Percentagem de população NPT, por freguesia, em 2011 (nacionalidades com maior representação)

Fonte: INE, 2011

2.3 Eixos de Intervenção

2.3.1 Eixo I – Acolhimento

2.3.1.1 Serviços de Acolhimento e Integração

O concelho de Vila Franca de Xira conta com um centro especializado de apoio ao imigrante, de responsabilidade da autarquia, CLAIM de Vila Franca de Xira (freguesia de mesmo nome), e além deste mais três pontos de atendimento fixos distribuídos por três das seis freguesias do concelho: CLAIM Vialonga (freguesia Vialonga), CLAIM Arcena (UF Alverca do Ribatejo/Sobralinho) e CLAIM Póvoa de Santa Iria (UF Póvoa de Santa Iria/Forte da Casa).

Considerando o total de atendimentos realizados, verificamos que o CLAIM de Vila Franca de Xira e o de Alverca do Ribatejo/Arcena representaram, respetivamente, 46,1% (889 atendimentos) e 43,2% (833 atendimentos) dos atendimentos totais realizados, seguidos do CLAIM de Vialonga com 6,8% (132 atendimentos), sendo o CLAIM de Póvoa de Stª Iria aquele com a menor representação de atendimento: 3,6% (71 atendimentos).

No que respeita à evolução do número de atendimentos realizados pelos CLAIMs entre 2016 e 2019, o CLAIM de Vila Franca de Xira é o único com aumento consecutivo no número de atendimentos no período analisado, enquanto os outros CLAIMs, nas três transições 2016-2017, 2017-2018 e 2018-2019, apresentaram variações com aumento, decréscimo e de novo aumento de atendimentos (CLAIM Póvoa de Stª Iria); aumento e decréscimos consecutivos (CLAIM Arcena); e decréscimo nas duas primeiras transições e aumento na última (CLAIM Vialonga).

Quanto ao sexo dos indivíduos que procuraram os serviços prestados nos CLAIMs, verifica-se que a predominância foi de mulheres em todos eles e em todos os anos, apenas com a exceção de 2018 e 2019 no CLAIM de Vialonga, cujo sexo-rácio evidenciou maior representação dos homens.

Relativamente à faixa etária, foram definidas sete classes de análise: menos de 18 anos, 18 aos 25 anos, 26 aos 35 anos, 36 aos 45 anos, 46 aos 55 anos, 56 aos 65 anos e maiores de 65 anos. Dadas estas classes, verifica-se que os indivíduos que utilizaram mais os serviços disponíveis nos CLAIMs pertenciam às faixas etárias que compreendem grande parte da população ativa: 26 aos 35 anos (28%), 36 aos 45 anos (29%) e 46 aos 55 anos (14%) (Figura 10).

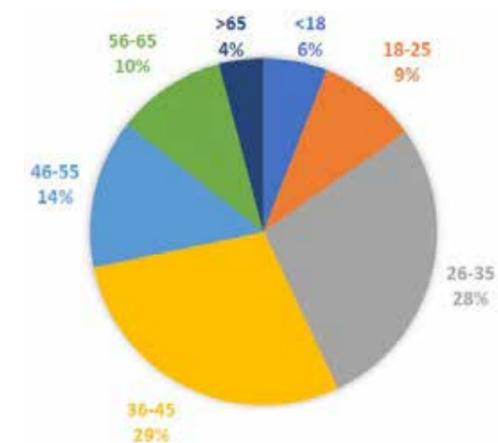


Figura 10 - Grupos etários dos indivíduos que utilizaram os serviços dos CLAIMs no concelho de Vila Franca de Xira, 2016-2019

Fonte: Relatório de atendimentos CLAIMs.

A análise dos assuntos que levaram esta população a procurar os CLAIMs permite compreender aqueles que poderão ser os principais problemas da população NPT residente no concelho de Vila Franca de Xira.

Como se pode observar no Quadro 6, foram bastante diversificados os assuntos tratados, mas com algumas particularidades que se destacam a seguir.

Assuntos procurados nos CLAIMs	CLAIM Vialonga				CLAIM Vila F. de Xira				CLAIM Arcena				CLAIM Póvoa de Stª Iria			
	2016	2017	2018	2019	2016	2017	2018	2019	2016	2017	2018	2019	2016	2017	2018	2019
1. Saúde				1	3	1	12	7	12	3	7	8				
2. Trabalho				2	4	4	16		12	5	6					
3. Educação					2	7	6	9	3	2	3	1				
4. Segurança Social/Apoio Social	4	4		1	2	5	2	16	43	86	71	1			1	1
5. Habitação	3	1							4	12	15		1			
6. Reagrupamento Familiar					4	8	30	33	2	13	5	10				1
7. Nacionalidade	4	1	3	2	9	4	3	10	4	6	3	2	3	1		1
8. Renovação AR temporária	14	8	5	2	24	31	21	18	24	17	12	14	1	3		
9. Renovação AR permanente	3	4	6	1	3	2	4	2	2	3	1	3	1			
10. Visto curta duração/renovação de visto de curta duração, renovação visto de estudo e trabalho					2	5	4	7	5	1	2			1		2
11. Prorrogação de visto	1			3	1	2	1	3	7	12	7					1
12. AR, AR permanente e pedido de AR					20	17	9	10	21	28	48	10				
13. AR com dispensa de visto	1	2	1	1	5	10	10	5		7	7	3		1	4	1
14. AR excepcional		1		6	34	72	90	107	8	47	35	26				12
15. Outros	2		2	3	16	9	8	12	6	8	8	7		2	1	7
16. Cartão residência familiar UE					22	26	17	16	4	7	3	1				
17. Prorrogação de AP e prorrogação de AP familiares Visto de residência								2	10		3					
18. Retorno Voluntário					1	2	2	5								
19. Contatos	19	11	8	5	10	8	3	4		1	2	42	2	10	6	6
20. Outros (Geral)/Migração para a UE	9	1	2		7	2	4	13	14	9	4	8	1		1	2

Quadro 6 - Assuntos tratados nos CLAIMs do concelho de Vila Franca de Xira, 2016-2019

Fonte: Relatório de atendimentos CLAIMs

Analisando apenas a dimensão “Regularização” (que abrange os assuntos do número 8 ao 17) conclui-se que incide sobre um conjunto diversificado de motivos, dos quais destacam-se aqueles ligados às Autorizações de Residência (AR) (renovação da autorização de residência temporária, autorização de residência, autorização de residência permanente e pedido de autorização de residência e autorização de residência excepcional).

Fora da dimensão “Regularização” ressalta-se o assunto “Nacionalidade” procurado em todos CLAIMs. “Reagrupamento Familiar”, “Saúde”, “Trabalho” e Educação” são mais procurados nos CLAIMs Vila Franca de Xira e Arcena; e “Segurança Social/Apoio Social”, apesar de ter sido procurado em todos os CLAIMs, teve destaque no CLAIM Alverca do Ribatejo/Arcena. Desde 2016 que o município tem implementado o SAASI nas seis freguesias do concelho, com 31 entidades parceiras e co-coordenado pela Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e o Instituto da Segurança Social, IP, o que tem vindo a garantir respostas mais céleres, também à população NPT.

Uma vez identificados os assuntos procurados nos centros locais, importa conhecer a situação documental dos indivíduos que procuraram os CLAIMs em funcionamento no concelho de Vila Franca de Xira. As tipificações das situações foram agrupadas em doze categorias como pode ser visto na Figura 11.

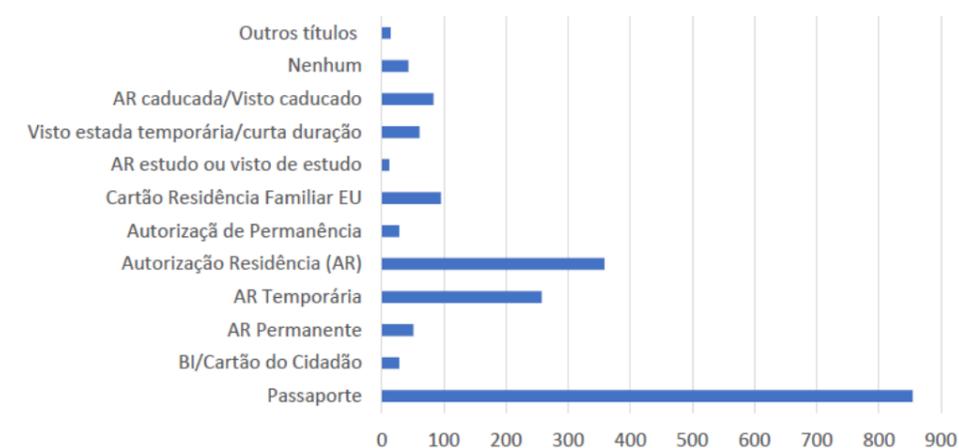


Figura 11 - Tipificação da Situação Documental dos utilizadores dos CLAIMs do concelho de Vila Franca de Xira, 2016-2019

Fonte: Relatório de atendimentos CLAIMs

Considerando as informações apresentadas até aqui, importa conhecer as principais nacionalidades dos indivíduos que procuraram aqueles centros locais de apoio. Quando se analisam na globalidade os países de proveniência dos indivíduos que procuraram os quatro CLAIMs, entre 2016-2019, verifica-se que o Brasil (796 registos) e os PALOP, com destaque para a Guiné-Bissau (317 registos), Cabo Verde (300 registos) e Angola (255 registos), são aqueles que mais se destacam, estando em conformidade com a maior representação de cidadãos destes países no concelho de Vila Franca de Xira, como constatado antes (Figura 12). Contudo, ao analisar os países de proveniência por cada CLAIM de modo individualizado notam-se diferenças importantes que se destacarão adiante.

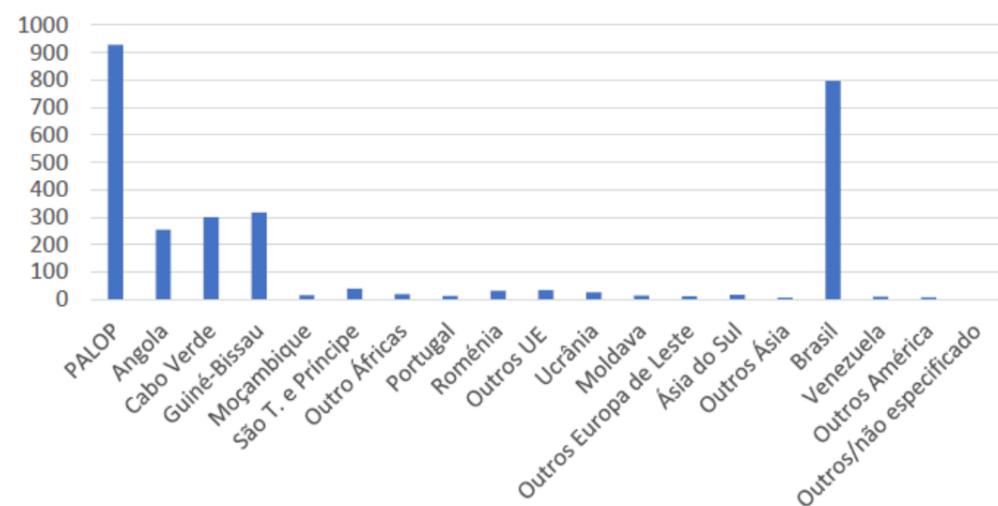


Figura 12 - Principais países de proveniência dos utilizadores dos CLAIMs do concelho de Vila Franca de Xira, 2016-2019

Fonte: Relatório de atendimentos CLAIMs

O CLAIM de Vila Franca de Xira foi aquele que mostrou maior diversidade de países de proveniência entre os quatro analisados, não apresentando registo apenas para o grupo "Outros Ásia". Neste CLAIM, que também entre os quatro foi aquele com maior número total de atendimentos realizados entre 2016-2019, o país de destaque é o Brasil, com 576 registos, representando aproximadamente 65% dos atendimentos realizados (Figura 13).



Figura 13 - Principais países de proveniência dos utilizadores do CLAIM Vila Franca de Xira, 2016-2019

Fonte: Relatório de atendimentos CLAIM

Ainda no CLAIM Vila Franca de Xira, entre os PALOP destacaram-se Angola com 113 registos e Cabo Verde com 62 registos, representando aproximadamente 18% e 7%, respetivamente. Embora os números registados não tenham sido elevados face aos registos do Brasil e países africanos acima mencionados, chama-se a atenção para a expressividade de alguns grupos de países registados no CLAIM Vila Franca de Xira face aos demais, designadamente: a Roménia (23 registos), Outros UE (24 registos), Ucrânia (17 registos), Outros Europa de Leste (11 registos), Ásia do Sul (10 registos), Moldávia (9 registos) e Outros América (5 registos).

À semelhança do CLAIM de Vila Franca de Xira, no CLAIM de Póvoa de Santa Iria o Brasil também foi o país de proveniência mais frequente entre os utilizadores, com 17 registos (24%). Contudo, entre os PALOP, destacam-se Cabo Verde (15 registos), São Tomé e Príncipe (9 registos) e Guiné-Bissau (8 registos). Moçambique é o PALOP com menor expressividade entre os países de proveniência dos utilizadores dos CLAIMs do concelho de Vila Franca de Xira, reproduzindo a realidade média observada às escalas metropolitana e mesmo nacional (Figura 14).

CLAIM Póvoa de Stª Iria

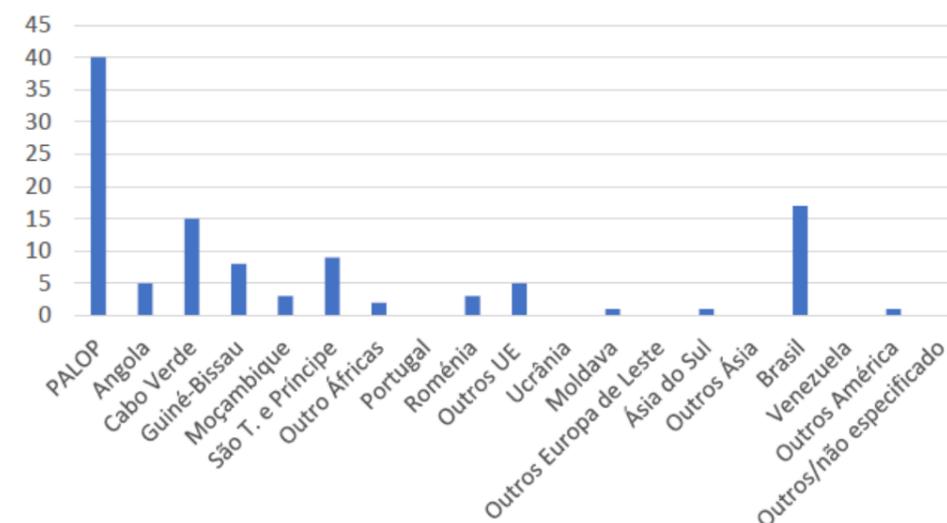


Figura 14 - Principais países de proveniência dos utilizadores do CLAIM Póvoa de Santa Iria, 2016-2019

Fonte: Relatório de atendimentos CLAIMs

No CLAIM Alverca do Ribatejo/Arcena, que regista o segundo maior número de atendimentos realizados entre 2016 e 2019, à semelhança do CLAIM de Vialonga é um dos PALOP que se destaca como aquele de proveniência do maior número de utilizadores nos anos mencionados. (Figura 15).

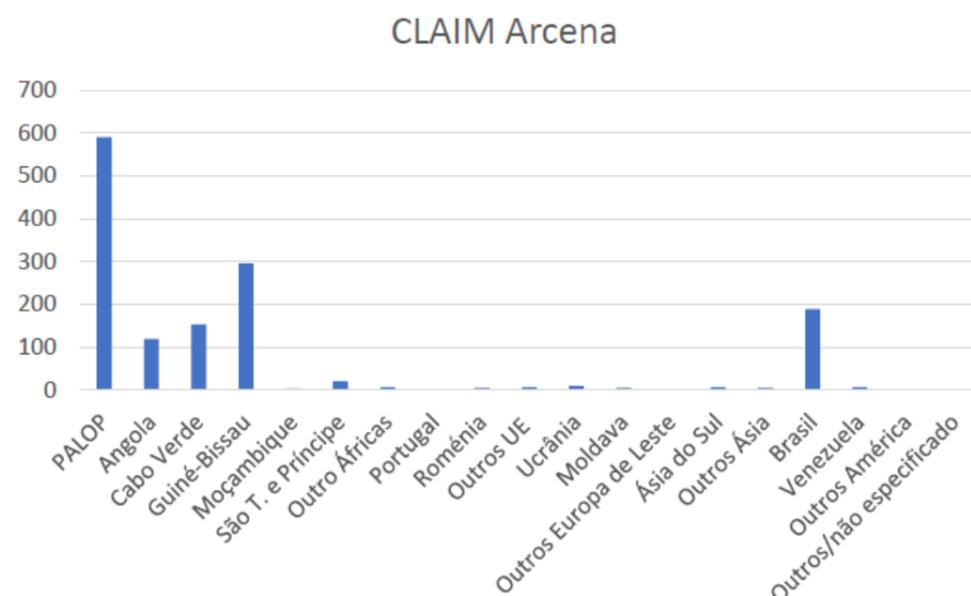


Figura 15 - Principais países de proveniência dos utilizadores do CLAIM Alverca do Ribatejo/Arcena, 2016-2019

Fonte: Relatório de atendimentos CLAIMs

O país africano de destaque no CLAIM Alverca do Ribatejo/Arcena é a Guiné-Bissau com 295 registos, correspondendo a 35,4% dos atendimentos registados, seguido do Brasil com 189 registos, representando aproximadamente 22,5%. E, voltando para os PALOP, destacam-se ainda Cabo Verde com 153 registos e Angola com 119 registos, representando 18% e 14% do total, respetivamente.

Sendo os CLAIMs de Vila Franca de Xira e de Alverca do Ribatejo/Arcena aqueles com maior número de atendimentos realizados entre 2016 e 2019, são evidentes as suas influências nos resultados globais, com destaque para o Brasil, que representa na globalidade 41% dos registos como país de origem dos utilizadores dos CLAIMs, sendo particularmente expressivo o seu número no CLAIM de Vila Franca de Xira, e a Guiné-Bissau, com 16,4% dos registos totais como país de origem dos utilizadores, mas destacando-se no CLAIM de Arcena, como já demonstrado.

2.3.1.2 Urbanismo e Habitação

A habitação tem sido um dos pilares de mais difícil concretização do Estado social português, apesar de ser um eixo basilar da vida de qualquer cidadão. Desde a conquista da Democracia em 1974, as políticas de habitação limitaram-se ora a fomentar o funcionamento do mercado livre de habitação, estimulando (com incentivos financeiros e fiscais) a aquisição de casa própria através do crédito à habitação (a partir da década de 1980, quando o setor bancário foi liberalizado), ora a promover a construção de bairros de habitação social destinados a realojar as pessoas que viviam em barracas e outras habitações precárias, sobretudo depois de 1993, com o Programa Especial de Realojamento (PER), embora antes já tivessem havido outros programas na AML.

O mercado de arrendamento, por sua vez, permaneceu durante todo este tempo com uma estrutura dual, caracterizada por uma volumosa bolsa de fogos cujos contratos de arrendamento eram antigos, e que foram sendo sucessivamente limitados por leis de proteção à subida dos preços (congelamento das rendas) para salvaguardar o direito à habitação dos inquilinos, e por uma crescente liberalização dos regimes de arrendamento urbano para as restantes habitações, o que fomentou a especulação imobiliária e manteve o stock de habitações disponíveis insuficiente face à procura. Estes fatores fizeram com que uma boa parte dos fluxos de NPT que vivem na AML estejam concentrados em: 1) zonas históricas da cidade de Lisboa (os que chegaram há mais tempo e os que chegaram mais recentemente, em situações de subarrendamento); 2) bairros de habitação social; 3) periferias suburbanas na margem sul e norte do Tejo, devido aos preços das casas serem tendencialmente mais baixos do que na capital.

Apesar da evolução das condições habitacionais na AML nas últimas décadas ter sido positiva, ainda subsistem áreas no tecido metropolitano com taxas de alojamentos precários. Por exemplo, em 2011, a percentagem de alojamentos na AML com algum tipo de precariedade (sem água potável, sem sanita, sem esgotos e sem chuveiro) não superava os 4% do total de alojamentos. Apesar do seu valor diminuto, a maioria destes alojamentos era ocupado por população NPT.

Estudos apontam que as pessoas nacionais dos PALOP são as que ocupam a maioria dos alojamentos precários nas freguesias da AML. A sua associação é bastante forte nas freguesias da Caparica e Costa da Caparica (Almada), Apelação (Loures) e Afonsoeiro (Montijo). Embora com menor expressão, existem também áreas onde a população do Leste Europeu e a população brasileira destacam-se entre aquelas que residem em alojamentos precários.

No geral, houve uma evolução positiva significativa das condições de habitação em toda a AML, o que resultou em melhorias na situação de todos os cidadãos independentemente da nacionalidade; no entanto, a população dos PALOP, Brasil e do Leste Europeu apresenta maiores dificuldades, quando comparada com outros grupos, como por exemplo os nacionais da União Europeia-15. Destaca-se ainda a particularidade das áreas periféricas de Lisboa, com grande concentração da população NPT, ainda apresentarem valores mais expressivos de alojamentos precários em comparação com as demais.

Considerando os dados dos censos de 2011, à freguesia, é possível verificar que a maioria dos residentes tem alojamento próprio, com todas as freguesias a terem percentagens acima dos 67%. O mercado de arrendamento é assim de menor expressão, havendo pouca oferta, o que colocará entraves aos residentes nacionais e, sobretudo, às pessoas NPT que terão mais dificuldades em arrendar alojamentos, fruto de maiores dificuldades económicas, menor poder de compra e dificuldades acrescidas no acesso ao crédito à habitação como alternativa ao arrendamento (Figura 16).

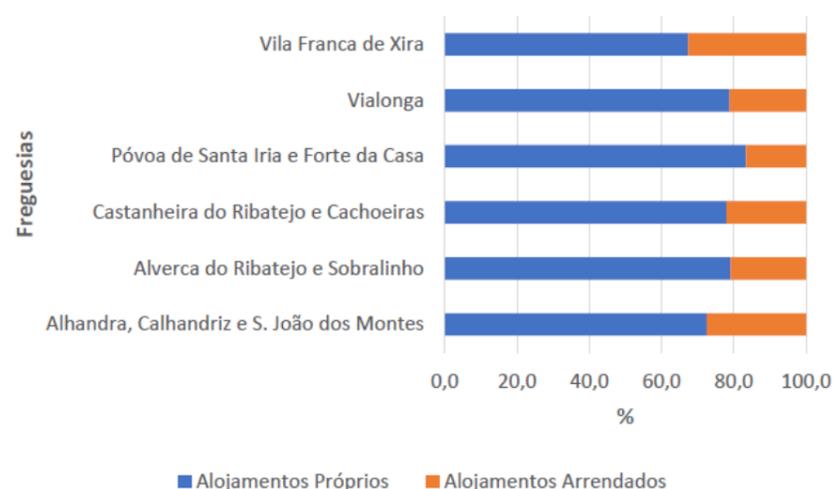


Figura 16 – Percentagem de alojamentos próprios e arrendados, por freguesia, em 2011

Fonte: INE, 2011

No que respeita à habitação social, a CMVFX dispõe de 1094 fogos, dos quais 129 são geridos pela Cooperativa de Habitação Promocasa, CRL. Estes fogos encontram-se distribuídos por 28 bairros, localizados por todo o concelho, a saber: UF Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz – 75 fogos; UF Alverca do Ribatejo e Sobralinho – 121 fogos; UF Castanheira do Ribatejo e Cachoeiras – 105 fogos; UF Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa – 196 fogos; JF Vialonga – 263 fogos; JF Vila Franca de Xira – 334 fogos.

Na freguesia de Vialonga ocupam fogos de habitação social 114 famílias NPT, distribuídas em termos de nacionalidades do seguinte modo: 76 famílias cabo-verdianas, 18 famílias angolanas, 11 guineenses, 4 moçambicanas, 4 santomenses e 1 inglesa. Por sua vez, na UF Alverca do Ribatejo e Sobralinho, são ocupados 17 fogos por famílias NPT – 7 cabo-verdianas, 7 guineenses, 1 angolana, 1 senegalesa e 1 brasileira. Na freguesia de Vila Franca de Xira, existem 45 fogos ocupados por famílias NPT, distribuídas do seguinte modo: 16 cabo-verdianas, 14 angolanas, 13 guineenses, 1 moçambicana e 1 santomense. Na UF Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa, constata-se 11 fogos atribuídos a famílias NPT – 5 cabo-verdianas, 4 guineenses e 2 angolanas.



2.3.1.3 Saúde

Os cuidados de saúde primários de Vila Franca de Xira integram o Agrupamento de Centros de Saúde Estuário do Tejo (ACES Estuário do Tejo) e abrange também os concelhos de Benavente, Azambuja, Arruda dos Vinhos e Alenquer (SNS, 2020). Segundo o Portal “Bilhete de Identidade dos Cuidados de Saúde Primários” (2020), Vila Franca de Xira conta com dois centros de saúde (CS), três Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP) e nove Unidades de Saúde Familiar (USF) e uma Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC). Além destes, o ACES Estuário do Tejo conta com uma Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados (URAP) e uma Unidade de Saúde Pública (USP), abrangendo os cinco concelhos.

Uma condição que pode auxiliar a utilização dos cuidados de saúde primários, e consequentemente garantir a monitorização da condição de saúde da população, é a atribuição de médicos de família à população inscrita nos CS, UCSP e USF. Ao analisar estes elementos, verifica-se que há uma desigualdade no que tange ao acesso a médicos de família a depender do tipo de unidade funcional. Enquanto nas USFs, 99,99% dos utentes inscritos têm médico de família atribuído, constata-se que não há correspondência entre os CS e UCSP.

No que se refere aos Cuidados de Saúde Hospitalares, no concelho de Vila Franca de Xira há um Hospital com Serviço de Urgência Médico-cirúrgico (SUMC), que tem o mesmo nome do concelho e que integra a Rede Nacional de Urgência e Emergência. Para além de todo o concelho de Vila Franca de Xira, estão sob a área de influência direta da urgência geral do Hospital de Vila Franca de Xira alguns concelhos fora da AML, a saber: Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja e Benavente.

Contudo, apesar de todo concelho de Vila Franca de Xira estar sob a área de influência direta do novo Hospital, a maioria da população, cerca de 91.720 residentes (população à data de 2011), estava mais próxima em minutos do hospital Beatriz Ângelo, em Loures, enquanto 45.166 residentes estavam mais próximos em minutos do hospital de Vila Franca de Xira (análise de rede realizada pelos autores do diagnóstico). Contudo, esta análise é limitada na medida em que não tem uma relação direta com as escolhas que os indivíduos fazem no terreno, embora seja importante ressaltar que a distância-tempo é um dos fatores que condiciona a escolha dos indivíduos na prática, no geral, optando pelo serviço mais próximo em distância-tempo.

Ademais, ressalta-se que para a população mais próxima em minutos do hospital Beatriz Ângelo, o tempo de viagem máximo foi de 15 minutos e média de 12 minutos e para a população mais próxima do hospital de Vila Franca de Xira 20,5 minutos máximo e média de aproximadamente 7 minutos. Com isto, reforça-se que, independentemente da escolha dos residentes do concelho por um dos dois hospitais, o tempo de viagem não

é elevado, havendo um bom acesso geográfico da população, incluindo da NPT, aos serviços hospitalares no concelho.

No que respeita ao uso efetivo do serviço de saúde importa destacar que segundo a Constituição portuguesa todos os cidadãos têm direito à saúde, sendo este um direito fundamental na integração das pessoas NPT. Com a publicação do Decreto-Lei nº 135/1999 de 22 de abril, ficou garantido que todos as pessoas NPT sem documentos regulares possam ser atendidas em qualquer unidade da rede do Serviço Nacional de Saúde, (SNS), mediante a apresentação de um comprovativo de residência emitido pela Junta de Freguesia da sua área de residência, atestando que reside em Portugal há mais de 90 dias.

Esse passo de Portugal elevou o seu reconhecimento internacional sendo considerado como um dos países com melhores condições de integração da população NPT, sendo esta posição reforçada também pela aprovação neste país da regulamentação de direito de acesso a assistência medicamentosa pelo Despacho nº 25 360/2001 de 16 de novembro. Contudo, nem sempre são do conhecimento dos profissionais de saúde os avanços legislativos, gerando situações de deficiência ou recusa no atendimento e práticas de discriminação. Torna-se assim fundamental manter os profissionais de saúde informados e sensibilizados face àquelas que são as normas que avançam no sentido de promover a integração das pessoas NPT, via setor da saúde, e a garantia dos seus direitos.

No que respeita aos principais problemas de saúde que acometem a população NPT, importa destacar que são diversas e específicas as vulnerabilidades a depender do grupo etário e sexo. Quanto ao grupo das mulheres, é conhecido que as mulheres em idade fértil são especialmente vulneráveis entre os NPT. Além disto, aquelas provenientes de países em desenvolvimento, estão mais suscetíveis a iniciar mais cedo a vida reprodutiva. Deste modo, a gravidez precoce associada à adaptação ao novo contexto sociogeográfico podem agravar situações de vulnerabilidade potenciando o risco de nascimentos prematuros e recém-nascidos com baixo peso entre as mães NPT quando comparadas com as mães portuguesas. Ligado a isto, por falta de experiência e por estarem em muitos casos sem os familiares no país de destino, as condições para o desenvolvimento de episódios de ansiedade e insegurança são potenciadas.

Quanto ao grupo etário na faixa da adolescência, o convívio com um código societal diferente daquele que aprendeu enquanto criança pode desencadear enfermidades ligadas à psique, como atitude depressivas ou agressivas, ansiedade e perda de auto-estima. Quanto aos adultos, incluindo homens e mulheres, há a tendência da adoção de práticas menos saudáveis, como ingestão de álcool, sedentarismo, tabagismo, através do processo de aculturação aproximando-se dos hábitos e costumes do país de acolhimento, nem sempre mais saudáveis.

Chama-se atenção ainda para o grupo dos homens adultos de modo individualizado. Os homens NPT adultos foram identificados pela literatura como aqueles que desempenham atividades de alta periculosidade, sobretudo, na área da construção civil. Esta situação pode ser ainda mais agravada quando os NPT deste grupo estão em situação de indocumentados no país de destino, pois uma vez acidentados ficam impedidos de trabalhar e não estão cobertos pelas prestações sociais de apoio. Além disto, como este grupo detém apenas a sua força de trabalho para garantia do seu sustento, acumulando vulnerabilidades como situação documental irregular, frágeis vínculos laborais, frequentemente se escusa de procurar cuidados de saúde para medidas de saúde preventivas, pois significa objetivamente perda económica e, conseqüentemente, do lado da saúde, maior risco potencial de apresentar piores resultados em saúde.

Finalmente, embora abranja a população NPT que se dirige a Portugal especificamente por questões relacionadas à saúde, ressalta-se a importância dos Acordos de Cooperação no domínio da saúde entre Portugal e especialmente os PALOP. São acordos que visam a garantia de assistência médica hospitalar, meios de diagnóstico e terapêutica e transporte entre hospitais e aeroporto para os cidadãos e cidadãs dos estados-membro presentes no acordo.

Ademais, ressalta-se que, apesar de um quadro legal que é progressivo face aos direitos das pessoas NPT no âmbito do Serviço Nacional de Saúde, destacam-se ainda pela negativa algumas experiências que estas pessoas têm quando acedem a estes serviços. Esta situação foi realçada em entrevista pela Associação Finabrava Portugal ao afirmar que era solicitado ao imigrante o Número de Identificação da Segurança Social para a inscrição no SNS, vendo reduzido o acesso aos cuidados de saúde uma parcela expressiva da população NPT.

De facto, em algumas unidades de saúde, apenas os cidadãos e cidadãs com situação regular no país têm acesso aos serviços públicos de saúde, ainda que aqueles e aquelas em situação irregular sejam encaminhados/as para outras unidades de saúde no concelho. Esta situação implica que as pessoas NPT em situação irregular, embora não lhes seja negado o acesso, não têm resposta na sua área de residência, tendo de se deslocar e podendo ter problemas a nível de transportes e de horários.

Por outro lado, na vertente da saúde, não têm sido desenvolvidas ações ou materiais de divulgação e sensibilização para as questões da imigração, nomeadamente acerca da temática “Direitos das Pessoas NPT no Acesso à Saúde”, “Competências interculturais dos profissionais de saúde e administrativos” e/ou “Cuidados Preventivos de Saúde”, não estando integrados de forma consciente nas suas práticas os princípios da assistência religiosa, espiritual ou cultural, em função da diversidade presente no território.

2.3.1.4 Educação e Língua

Entre 2016 e 2019 houve um aumento, em todos os níveis de ensino, dos alunos e alunas com naturalidade estrangeira. Em 2016, havia 38 discentes de naturalidade estrangeira no nível de ensino pré-escolar, valor que cresceu para 151 em 2019; já no 1º Ciclo do Ensino Básico (CEB) se observou um aumento de 151 discentes para 405, no 2º CEB de 98 para 203, no 3º CEB de 225 para 324 e no Ensino Secundário de 92 para 156 discentes.

Em 2016, a maioria dos e das discentes do pré-escolar estavam concentrados/as em dois agrupamentos, nomeadamente no Agrupamento de Escolas Pedro Jacques de Magalhães (39,5%) e no Agrupamento de Escolas de Vialonga (26,3%), com os restantes agrupamentos a registarem valores próximos dos 5% e no caso do Agrupamento de Escolas Póvoa de Santa Iria, de 10%. Entre 2016 e 2019, esta lógica de polarização alterou-se, sobretudo no Agrupamento de Escolas Pedro Jacques de Magalhães que além de ter perdido discentes neste nível de ensino, viu a sua percentagem do total decrescer para 18,5%. O agrupamento com maior número de discentes com naturalidade estrangeira no pré-escolar, em 2019, foi o Agrupamento de Escolas de Vialonga (21,9%). Por outro lado, a maioria dos agrupamentos teve um incremento, em termos absolutos e percentuais, do mesmo grupo de discentes, com os Agrupamentos de Escolas Alves Redol, de Bom Sucesso e de D. António de Ataíde a duplicarem a sua percentagem (Quadro 7).

Agrupamento	Pré-escolar		1º CEB		2º CEB		3º CEB		Secundário	
	2016	2019	2016	2019	2016	2019	2016	2019	2016	2019
Agrupamento de Escolas Alhandra, Sobralinho e S. João dos Montes	5.3	7.3	2.6	11.1	13.3	7.4	6.2	11.7	0.0	0.0
Agrupamento de Escolas Alves Redol	5.3	13.2	3.3	9.6	4.1	6.9	7.1	7.1	9.7	13.5
Agrupamento de Escolas Bom Sucesso	5.3	15.2	11.3	11.4	11.2	15.3	9.8	19.1	0.0	0.0
Agrupamento de Escolas D. António de Ataíde	5.3	11.9	6.0	6.7	10.2	11.3	10.2	9.0	0.0	0.0
Agrupamento de Escolas Forte da Casa	0.0	0.0	21.9	10.1	23.5	16.3	14.7	16.0	31.0	40.1
Agrupamento de Escolas Póvoa de Santa Iria	10.5	6.6	8.6	11.6	8.2	10.8	8.4	9.0	4.5	4.1
Agrupamento de Escolas Pedro Jacques de Magalhães	39.5	18.5	21.9	15.6	9.2	12.8	16.4	7.4	0.0	0.0
Agrupamento de Escolas Professor Reynaldo dos Santos	2.6	5.3	2.6	5.2	3.1	3.0	5.3	5.6	7.7	9.5
Agrupamento de Escolas Vialonga	26.3	21.9	21.9	18.8	17.3	16.3	21.8	15.1	6.5	3.2
Escola Secundária Gago Coutinho	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	40.6	29.7
Total Absoluto	38	151	151	405	98	203	225	324	92	156

Quadro 7 – Discentes NPT, por agrupamento e por nível de ensino, 2016-2019

Fonte: Informações cedidas pelos Agrupamentos de Escolas

Considerando o 1º CEB, em 2016, a maioria dos e das discentes estava concentrada em 4 agrupamentos, nomeadamente Forte da Casa, Pedro Jacques de Magalhães, Vialonga (todos com 22%) e Bom Sucesso (11,3%). Em 2019, apesar de também haver uma distribuição mais equilibrada dos e das discentes pelos diferentes agrupamentos, esta não foi tão acentuada como no caso do ensino pré-escolar. O agrupamento de Escolas de Vialonga continua a ter a maior percentagem de discentes (18,8%) seguido do Agrupamento de Escolas Pedro Jacques de Magalhães (15,6%). Os restantes agrupamentos têm percentagens em volta dos 10%, diferenciando-se apenas o Agrupamento de Escolas António de Ataíde (6,7%) e o Agrupamento Professor Reynaldo dos Santos (5,2%).

O 2º e 3º CEB têm evoluções bastante semelhantes, visto que em 2016, a maioria dos e das discentes estava nos agrupamentos Forte da Casa, Vialonga e também, no caso do 2º CEB em Alhandra, Sobralinho e S. João dos Montes e no caso do 3º CEB no de Pedro Jacques de Magalhães. Em 2019, e no caso do 2º CEB, dois terços dos e das discentes estavam inscritos nos agrupamentos de Forte da Casa, Bom Sucesso, Vialonga e Pedro Jacques de Magalhães. O agrupamento de Alhandra, Sobralinho e S. João dos Montes, apesar do aumento do número de discentes, perdeu quase metade do seu peso no total de alunos do 2º CEB. As percentagens de alunos nos restantes agrupamentos não se alteraram de sobremaneira, contrariando um pouco as tendências registadas no pré-escolar e 1º CEB. No caso do 3º CEB, e em 2019, ocorreram tendências díspares, em que por exemplo, a percentagem de discentes em Alhandra, Sobralinho e S. João dos Montes aumentou para quase 12%, no Bom Sucesso cresceu para quase 20% e nos agrupamentos de Pedro Jacques de Magalhães e Vialonga decresceu significativamente.

Relativamente ao Ensino Secundário, em 2016, mais de 80% dos e das discentes estavam inscritos na Escola Secundária de Gago Coutinho (40,6%) e nos agrupamentos de Forte de Casa (31%) e Alves Redol (9,7%). Em 2019, a situação não se alterou, continuando os 3 agrupamentos a terem mais de 83% dos alunos de Ensino Secundário. A única diferença ocorreu na Escola Secundária Gago Coutinho que, em absoluto, teve um reduzido crescimento de discentes, ao contrário de Forte da Casa, que passou a ser o agrupamento com maior número de discentes no ensino secundário.

Logicamente, a localização dos e das discentes NPT está relacionada com o local de residência da população NPT em geral. Como se pode ver na Figura 18, os agrupamentos (escola-sede) com maiores percentagens de alunos e alunas NPT nos diferentes níveis de ensino localizam-se nas freguesias com maior número absoluto de NPT, ou seja, na UF de Alverca do Ribatejo e Sobralinho, onde se situam as escolas-sede de Pedro Jacques de Magalhães e Bom Sucesso, na freguesia de Vialonga, onde se situa o Agrupamento de Escolas de Vialonga, e na UF da Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa, onde se situam os Agrupamentos de Escolas da Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa.



Figura 17 – Total de população NPT por freguesia (2011) e sedes dos agrupamentos escolares

Fonte: INE, 2011; CMVFX, 2020

Relativamente às crianças e jovens imigrantes e descendentes de imigrantes, com destaque para os oriundos dos PALOP, o abandono escolar precoce é um dos maiores problemas verificados, como referido em diversos estudos. A desestruturação familiar em muitos casos, a vulnerabilidade social e económica de muitas famílias, a fraca escolarização dos pais, e a desmotivação dos alunos são as principais razões apontadas para a desistência dos estudos.

Adicionalmente, os alunos e alunas NPT apresentam diferenças entre as taxas de aprovação no ensino básico (mais elevadas) e as taxas de aprovação no ensino secundário (mais reduzidas) muito mais acentuadas do que os e as discentes nacionais. Esta situação de sobre-representação do insucesso entre os alunos e as alunas NPT e descendentes de NPT no ensino secundário agravou-se em desfavor destes últimos, entre os anos letivos de 2011/12 e 2016/17. Refira-se que são os e as discentes com nacionalidades cabo-verdiana, guineense, angolana e brasileira que registaram piores desempenhos escolares neste nível de ensino, posicionando-se abaixo dos resultados do grupo maioritário.

A aprendizagem da língua portuguesa é um dos eixos que mais críticas tem suscitado pela inexistência/falta de vagas para as aulas de português para NPT, o que tem como consequência não existir um sistema de aprendizagem da língua que responda às necessidades da população NPT. Esta prioridade tem consequências ao nível do processo de integração dos cidadãos e cidadãs NPT, de que são um bom exemplo as possibilidades de acesso ao emprego, beneficiárias do usufruto de serviços públicos e da interação social com a população autóctone.

No concelho de Vila Franca de Xira, conforme os dados do Centro de Emprego e Formação Profissional, o número de ações desenvolvidas no âmbito do “Português para Todos” é diminuto (Quadro 8).

Ano	N.º ações de formação	Formandos
2016	0	0
2017	1	30
2018	2	59
2019	1	27

Quadro 8 – Número de ações de formação no programa Português para Todos, 2016-2019

Fonte: Centro de Formação Profissional de Vila Franca de Xira, IEFP

2.3.1.5 Solidariedade e Resposta Social

Com o objetivo de promover a intervenção social integrada de base territorial, atuando ao nível das vulnerabilidades e potencialidades locais, está implementado no Concelho desde o ano 2016, o SAASI, uma resposta que se traduz no atendimento e acompanhamento social descentralizado nas seis Freguesias do Concelho, com 31 entidades parceiras (IPSS) e co-coordenado pela Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e o Instituto da Segurança Social, IP.

Esta resposta destina-se a todos e a todas os/as munícipes que se encontrem em situação de vulnerabilidade social. É um projeto enquadrado na Rede Social e que tem como objetivo potenciar a criação de respostas mais adequadas aos problemas sociais, rentabilizando os meios e recursos existentes, eliminando sobreposições de atuação, permitindo um melhor planeamento dos serviços, minimizando assim, situações de exclusão social e pobreza, no sentido de alcançar o bem-estar social da população. Este atendimento visa uma resposta mais justa, adequada e rápida às situações de maior necessidade, em prol de um Concelho mais coeso. No município, todas as entidades que trabalham no âmbito da intervenção social, e que integram o SAASI, abrangem também a população NPT residente, o que permite uma resposta mais célere também para estas pessoas.

Contudo, no território existem situações de carência económica e questões a resolver nas áreas da saúde, educação e alimentação, ainda que o município e as entidades locais tentem encontrar o máximo de respostas possíveis, designadamente através da articulação entre a administração local e os parceiros, visando a rentabilização de recursos já existentes, permitindo a criação de projetos ou iniciativas específicas dirigidas à população NPT.

Esta articulação assume especial relevância no que respeita à intervenção desenvolvida no âmbito do SAASI, que nos anos de 2017, 2018 e 2019 acolheu, respetivamente, pedidos de resposta social por parte de 172, 137 e 140 agregados de famílias NPT, o que se traduz em 11%, 10% e 9%, respetivamente, do número total de pedidos rececionados.

A Freguesia de Vila Franca de Xira e a UF de Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa são as que registam um maior número de pedidos, sendo estas também as zonas mais populosas do concelho, concentrando um maior número de habitantes, quer nacionais, quer NPT.

Por último, refira-se ainda que, ao nível do apoio alimentar, existiam, no final de 2019, 37 agregados de famílias NPT a auferir deste tipo de apoio, num total de 288 agregados beneficiários, o que atribui um peso de 13% à população NPT.



2.3.2 Eixo II – Integração e Participação

2.3.2.1 Cidadania e Participação Cívica

No município existem quatro associações de imigrantes: Associação dos Africanos do Concelho de Vila Franca de Xira (atendimento em diferentes áreas, cultura, desporto, jovens, formação, etc.), Rotas da Lusofonia (apoio na língua portuguesa), Djunta Mo – Associação Raiz de Cabo Verde (cariz cultural) e Associação Finabrava de Portugal.

A autarquia disponibiliza recursos às associações que trabalham para as pessoas NPT do município, tais como recursos financeiros, cedência de espaços, apoio em materiais e equipamentos e outros apoios logísticos, no âmbito do Programa de Apoio ao Movimento Associativo.

No entanto, não há no município um órgão/estrutura semelhante ao Conselho para as Migrações, não tendo sido promovidas iniciativas de informação/sensibilização sobre a importância do recenseamento eleitoral das pessoas NPT ou outras que incentivem a participação na esfera política e cívica.

Assim, a articulação crescente entre a administração local e os parceiros locais, inclusive no âmbito do Plano Municipal para a Integração de Migrantes, constitui uma oportunidade de rentabilização de iniciativas e recursos já existentes no sentido do incentivo à cidadania e à participação cívica das pessoas NPT como forma de colmatar as fraquezas identificadas.

A falta de participação das pessoas NPT em matéria de cidadania e participação cívica pode ter implicações ao nível do ajustamento das respostas às suas reais necessidades, sendo por isso relevante a sua auscultação regular.

No que diz respeito ao recenseamento eleitoral, constata-se que em 2018 a população NPT recenseada perfazia um total de 229 cidadãos e cidadãs num total de 112.881 eleitores no município. Destas 229 pessoas NPT recenseadas, 194 são nacionais de países terceiros, enquanto 35 são cidadãos/ãs da União Europeia.

2.3.2.2 Mercado de Trabalho e Empreendedorismo

A crise económica que teve início por volta de 2008 aumentou a condição de vulnerabilidade de uma parcela substancial da população residente no país, com indícios claros de um impacto mais agudo nas pessoas NPT, com consequências ao nível do desemprego, do empobrecimento e do agravamento das condições de vida. Se as razões laborais são os principais motivos para a imigração para Portugal, como referido anteriormente, a crise económica veio colocar muitos constrangimentos a esta escolha.

Os níveis de desemprego entre as pessoas NPT aumentaram exponencialmente, tal como o número de pedidos de apoio à OIM ao abrigo do Programa de Apoio ao Retorno Voluntário e Reintegração ou a remigração. Devido a esta conjuntura, houve um aumento do trabalho informal ou precário e, conseqüentemente, de perda de um conjunto de direitos laborais e sociais diretamente ligados à carreira contributiva e ao estatuto do trabalhador.

O último relatório do Observatório das Migrações (2019), do Alto Comissariado para as Migrações, refere que em 2018, de acordo com os dados do EUROSTAT, a taxa de desemprego dos cidadãos e cidadãs NPT da UE28 era de 7,3%, enquanto a dos extracomunitários estava em 15,2%. Para a população autóctone, esta taxa rondava os 6,4%. Estes números vêm evidenciar a distância existente entre os valores da taxa de desemprego para os diferentes grupos, destacando-se os trabalhadores e trabalhadoras NPT de países extracomunitários. Este grupo é o mais vulnerável e exposto ao desemprego nas sociedades de acolhimento. Analisando a situação de Portugal, o valor da taxa de desemprego para a população NPT extracomunitários era de 12,9%.

Situações de crise expõem os trabalhadores e trabalhadoras NPT a contextos de maior vulnerabilidade e desemprego. Se até 2008 as taxas de desemprego (dos cidadãos de nacionalidade portuguesa e dos de nacionalidade extracomunitária) estavam relativamente a par, desde essa altura que estas se distanciaram. Porém, desde 2015 que se verificavam sinais de recuperação da taxa de desemprego, diminuindo tanto para cidadãos nacionais (passou de 16,2% em 2013 para 7% em 2018) como para cidadãos estrangeiros extracomunitários (passou de 30,4% em 2013 para 12,2% em 2018). Contudo, a atual situação de crise económica e social decorrente da pandemia da COVID-19 já causou um significativo agravamento das situações de desemprego e vulnerabilidade social, que se manterá pelo menos a curto prazo.

As situações de desemprego colocam em causa a integração jurídico-legal dos cidadãos e das cidadãs NPT, sabendo-se que a autorização de residência, com a exceção dos estudantes, está dependente da inserção laboral. A perda de vínculo contratual deixa estes cidadãos numa situação de extrema fragilidade, que se agrava quando perdem o título de residência e o direito a usufruir de prestações sociais. Para a Associação Finabrava Portugal, as principais questões que se colocam ao nível do mercado de

trabalho são precisamente estas, “a falta de documentos”, que coloca, posteriormente, problemas ao nível da regularização. A APSDC aponta outras questões que se prendem com o mercado de trabalho no concelho: “vaga de imigração de países do leste da Europa levantava muitas barreiras como a língua, enquanto que a imigração do Brasil desponta desconfiança”. São questões que se cruzam e que levantam, mais uma vez, o debate sobre o ensino do português ou questões ligadas a discriminação.

De acordo com os dados fornecidos pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional de Vila Franca de Xira, a maioria dos candidatos e candidatas que se inscreveram foram de nacionalidade extracomunitária, tendo este número vindo a aumentar nos últimos anos (Quadro 9).

Ano	UE	Extracomunitários	Total
2016	51	292	343
2017	46	278	324
2018	43	325	368
2019	74	540	614
Total	214	1435	1649

Quadro 9 – Candidatos e candidatas NPT que se inscreveram no IEFP de Vila Franca de Xira

Fonte: IEFP – VFX

Assumindo que a população NPT é aquela que é mais afetada por flutuações de emprego, devem adotar-se medidas que tentem colmatar esta situação. Além dos obstáculos estruturais derivados da conjuntura atual (falência de empresas, reduções no número de trabalhadores, situações de *lay off* com redução salarial), algumas pessoas NPT enfrentam problemas adicionais, como a fraca escolaridade, o nível baixo de português e a discriminação racial/étnica. Para as pessoas que estão em situação irregular, as dificuldades são ainda maiores.

Relativamente à condição perante o trabalho, em 2011 denotava-se que as pessoas NPT evidenciavam taxas de atividade bastante superiores à generalidade da população (81,7% no caso dos estrangeiros da União Europeia e 77,1% no caso dos cidadãos estrangeiros de países terceiros). A taxa de desemprego era também superior para o caso dos cidadãos de países terceiros (21,0%) e dos estrangeiros da União Europeia (14,4%) por comparação com a taxa de desemprego global do município que se situava nos 11,3% (Quadro 10).

	Taxa de emprego	Taxa de desemprego	Taxa de atividade
Total da população	88,7%	11,3%	65,2%
Estrangeiros UE	85,6%	14,4%	81,7%
Estrangeiros não-UE	79,0%	21,0%	77,1%

Quadro 10 - Taxas de emprego, desemprego e atividade para o total da população, estrangeiros UE e estrangeiros não-UE, em 2011 (%)

Fonte: INE, Censos 2011

Em 2011, existiam no Concelho de Vila Franca de Xira cerca de 372 empregadores NPT, o que significa um aumento de cerca de 38% face ao número detetado pelos Censos de 2001. Em 2011, o número de empregadores NPT representava cerca de 7,1% do total dos empregadores em Vila Franca de Xira (Quadro 11).

N.º de EE	Varição de EE de 2001 para 2011 (%)	% EE por total de empregadores	% EE por residentes estrangeiros
372	+38,3	7,1	4,8

Quadro 11 - Empregadores Estrangeiros (EE) no concelho, em 2011

Fonte: Dados INE (2019)

2.3.2.3 Capacitação e Formação

A inexistência de materiais e ações informativas dirigidas à comunidade NPT no que respeita às respostas existentes ao nível da aprendizagem ao longo da vida, condicionam o acesso ao mercado laboral e o combate a situações de risco no emprego. Estes condicionalismos dificultam os processos de reconhecimento de competências e a formação contínua, bem como a aprendizagem do português enquanto língua não materna.

Por outro lado, considerando os dados referentes às qualificações das pessoas NPT, importa apostar na informação sobre os processos de equivalência escolar e profissional, bem como de Reconhecimento e Validação de Competências Escolares e Profissionais de dupla certificação.

2.3.2.4 Igualdade de Género, Racismo e Discriminação

Segundo os dados do Eurobarómetro de 2019, no inquérito sobre a discriminação com base na origem étnica, esta é considerada comum para 64% daqueles que responderam em Portugal, sendo este valor superior ao valor médio para a UE28 (59% para 2019).

A Lei nº 93/2017, de 23 de agosto definiu a interseccionalidade da discriminação e introduziu uma perspetiva de género no acompanhamento da situação da igualdade e da não discriminação por origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência e território de origem. Nestas questões, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), através da sua Unidade de Apoio à Vítima Migrante e de Discriminação (UAVMD), tem competências importantes.

A Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR) recebeu, em 2018, 346 queixas de discriminação de base racial e étnica. Este número reflete um aumento de cerca de 93% face ao ano de 2017. Segundo o Relatório Estatístico Anual de 2019 do ACM este “aumento significativo das queixas de discriminação de base racial e étnica em Portugal não reflete necessariamente um aumento do racismo no país, mas tem inerente também os impactos das recentes provisões do regime jurídico da prevenção, da proibição e do combate à discriminação, em razão da origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência e território de origem (Lei nº 93/2017, de 23 de agosto), podendo ainda refletir uma maior consciencialização para a problemática da discriminação racial e étnica e um maior reconhecimento dos mecanismos e entidades que acompanham o combate a esta discriminação”.

O Relatório das Políticas Locais de Acolhimento e Integração de Imigrantes e seus Descendentes no Município de Vila Franca Xira, realizado pelo ACM em 2019, refere que “A autarquia promoveu ações de sensibilização na área da diversidade cultural e contra a discriminação racial ou xenofobia, através do projeto “#Direitos.Com”. Este projeto pretende promover a noção de cidadania global através de processos de aprendizagem e de sensibilização para a educação para os Direitos Humanos e participação democrática, tendo em vista a valorização da diversidade humana, tolerância, não discriminação, combate à exclusão e cooperação, e é direcionado para a comunidade escolar (alunos, docentes e não docentes), profissionais de intervenção social e comunitária e forças de segurança”. A APSDC referiu em entrevista que dinamiza este projeto e identificou, para além dos objetivos já referidos, que este projeto pretende, também, “combater a exclusão, discriminação e discurso de ódio dirigido às mais diversas minorias”.

É ainda necessário alertar para uma realidade muito comum em Portugal ao nível das relações de género que evidenciam situações de exclusão/ discriminação na área da saúde. Como referido, existem denúncias de problemas no acesso à saúde e sobretudo no que se relaciona com a qualidade do serviço propriamente dito. Poderão existir casos

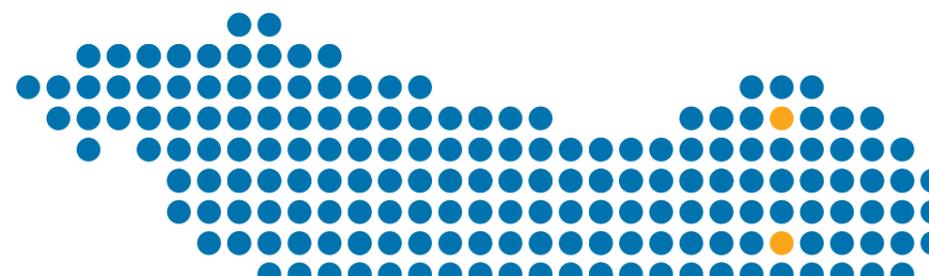
de mulheres grávidas, não falantes de português, que não são devidamente acompanhadas no Serviço Nacional de Saúde, mesmo com situações clínicas delicadas.

Quando questionados sobre a percepção geral das pessoas NPT no concelho, a Associação Finabrava Portugal refere que “Preconceito ainda existe em pleno século XXI”. A APSDC vai um pouco mais além e refere o seguinte: “a percepção acerca dos migrantes não é muito positiva, variando, contudo, consoante a origem das pessoas e também consoante o género. Existem estereótipos vinculados relativamente às várias nacionalidades e tratamentos também eles diferenciados. No entanto, a realidade é que a generalidade das pessoas migrantes é bastante adequada (algumas pessoas são até diferenciadas), e quase todas têm apoio familiar e vivem em comunidade”. Contudo, quando a mesma questão foi colocada à PSP – Divisão de Vila Franca de Xira a resposta foi mais neutra, salientando-se uma “riqueza evolutiva” no processo.

2.3.3 Eixo III – Interculturalidade

2.3.3.1 Cultura

O concelho de Vila Franca de Xira é marcado por uma diversidade de povos, que consequentemente se traduz também em diversidade de línguas, costumes, religiões, ou seja, culturas. Contudo, este município não dispõe de uma programação cultural especificamente voltada para a diversidade das populações presentes no seu território. Como foi evidenciado pelo “Relatório das políticas locais de acolhimento e integração de imigrantes e seus descendentes no município de Vila Franca de Xira”, realizado pelo ACM em 2019, o concelho tem realizado mais apoios (financeiros e logísticos), quando solicitados, às entidades da sociedade civil para organização de atividades que também abrangem o enfoque cultural.



2.3.3.2 Práticas Tradicionais Nefastas

Ressalta-se a relevância de descortinar eventuais práticas tradicionais nefastas, não no sentido de reconhecê-las, mas de abolir a sua implementação, a exemplo da Mutilação Genital Feminina (MGF) e da infibulação, que desde 2012 são consideradas uma violação aos Direitos Humanos pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

Segundo a Organização Mundial de Saúde, MGF pode ter lugar desde o nascimento até ao casamento e pós-parto, variando conforme as comunidades/contexto sócio-cultural em que é realizada. As novas dinâmicas populacionais trouxeram a incidência de MGF a países onde tradicionalmente esta não era praticada, entre os quais Portugal, risco este que mereceu o alerta por parte da OMS.

Na perspetiva dos fluxos migratórios, a realização da MGF tanto pode ter lugar nos países de destino das populações NPT, como também nos países de origem, durante as férias escolares, tratando-se aqui, frequentemente, de crianças já nascidas na diáspora (2.ª, 3.ª e até já 4.ª gerações de migrantes) decorrente da forte pressão social para a sua realização.

Em Portugal, um caso de boas práticas nesta área, a MGF integrou o V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género 2014-2017, tendo sido acompanhado por um grupo de trabalho intersectorial de apoio à coordenação do Plano, sob a responsabilidade da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG).

2.3.3.3 Media e Sensibilização da Opinião Pública

Realça-se a importância do papel dos media na sensibilização da opinião pública, enquanto “ferramenta” que pode auxiliar o processo de integração da população NPT através da desconstrução de estereótipos, seja pela forma como o conteúdo que incide sobre a população é descrito, seja pela abertura de espaço para dar “voz” a esta população.

Contudo, alguns estudos têm demonstrado que não só a população NPT tem pouca participação nos media como é, em larga medida, retratada de forma negativa, reproduzindo os media estereótipos ligados, por vezes, à atribuição de “categorias” únicas aos diferentes grupos. A esta conclusão chegou um trabalho realizado em 2005, depois de realizar análise de conteúdo a 1791 peças de imprensa e 312 peças de televisão sobre o tema imigração e minorias-étnicas, verificou uma sobre representação da população brasileira ligada ao tema da prostituição; os NPT da Europa de Leste emergiram em mais peças ligadas ao crime e ao trabalho; as pessoas chinesas, que na altura iam ganhando mais visibilidade, destacavam-se nas peças voltadas à atividade comercial; a comunidade islâmica nas atividades religiosas; enquanto as pessoas NPT africanas (incluindo a segunda geração) apareceram pouco representadas face ao efetivo demográfico desta população em território português. É certo que mais de dez anos se passaram desde a realização do estudo, o qual já apontou na altura a tendência de ascensão do tema ligado à integração nas perspetivas culturais e religiosas.

Contudo, aquilo que se quer enfatizar refere-se ao entendimento de que a comunicação de massas pode exercer um grande poder de influência na opinião pública, tornando-se essencial a sensibilização destes profissionais tanto no que respeita à linguagem escrita e falada dos conteúdos acerca da população NPT, quanto à abertura de espaço para esta população nos programas e matérias com apelo à participação, uma vez ultrapassada a barreira linguística, acompanhada de literacia para os media, no sentido de atribuir também à população NPT o papel de interlocutora.

2.3.3.4 Religião

Constata-se uma diversidade religiosa no território de Vila Franca de Xira, apesar de não existir um mapeamento sistemático dos vários locais de culto. A dimensão ligada à cultura é aquela para a qual são mais escassos os dados secundários, tornando-se essencial o trabalho de campo. Em ligação telefónica informal com uma imigrante de nacionalidade brasileira residente em Vila Franca de Xira, no dia 26 de março de 2020, foi relatada a presença de pequenas igrejas evangélicas dirigidas e frequentadas por pessoas de nacionalidade brasileira. Quando indagada sobre o conhecimento de outros espaços religiosos declarou não conhecer. No mais, o conhecimento destes espaços é mais restrito à população praticante, podendo ocorrer em alguns casos uma invisibilidade social das práticas que não são do conhecimento dos autóctones, o que pode incrementar o preconceito e a xenofobia.

2.3.3.5 Relações Internacionais

O município de Vila Franca de Xira tem uma política de cooperação internacional, nomeadamente baseada em acordos ou geminações com cidades cabo-verdianas, designadamente Tarrafal e Santa Catarina.

A 28 de setembro de 1987 foi assinado um protocolo de Geminção entre os Municípios de Vila Franca de Xira e Santa Catarina, em Cabo Verde, tendo em vista a cooperação ao nível Cultural, Social, Educativo.

Para além de diversas visitas oficiais e encontros de trabalho entre responsáveis políticos, destacam-se os seguintes como marcos desta geminação:

- Recuperação da Biblioteca de Santa Catarina, assinando-se um protocolo em dezembro de 2000 com o Instituto Português do Livro e da Biblioteca, com vista à recuperação arquitetónica, apetrechamento, constituição de fundo documental e formação de técnicos;
- Apoio à construção de um Jardim-de-Infância com capacidade para 60 crianças em Pico Freire, Freguesia de São Salvador do Mundo, tendo-se, para esse efeito, assinado um protocolo, em junho de 2005, entre os Municípios de Vila Franca de Xira e de Santa Catarina;

Estas ações, além das consequências objetivas na realidade dos santa-catarinenses, contribuem também para a capacitação dos cidadãos e cidadãs do concelho de Vila Franca de Xira face às diferenças, aumentando os laços de solidariedade e a sua consciência global para a promoção de projetos e políticas para promover relações com as comunidades NPT.

No que se refere ao Tarrafal, Vila Franca de Xira tem um acordo de geminação com este município desde outubro de 2011, com implicações em diversas áreas. Por exemplo, em 2013 a Câmara Municipal apoiou a construção de 50 fogos naquele município. Nesse mesmo ano, no âmbito de um ciclo de formações que o Município de Vila Franca de Xira disponibilizou para funcionários afetos à Câmara Municipal do Tarrafal, foram ministradas ações de formação em áreas como os primeiros socorros, dirigidas a Bombeiros, área musical, direcionadas a docentes, e ainda ações no domínio do Laboratório para Controlo da Qualidade de Água para Abastecimento e Técnicas de Acompanhamento de Obras.



3. PLANO MUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES

A aposta nas políticas de acolhimento e integração das pessoas NPT, apenas é possível mediante um trabalho conjunto e devidamente articulado entre os diferentes atores, pelo que é essencial criar estratégias que garantam uma atuação concertada das diferentes entidades que atuam nesta área, não só a nível nacional, como também a nível local. Este facto, aliado ao crescimento da população NPT no concelho de Vila Franca de Xira, reforça a necessidade de implementação de uma política local destinada às pessoas migrantes, nomeadamente a elaboração e implementação do Plano Municipal para a Integração de Migrantes no Concelho de Vila Franca de Xira, através de um compromisso maior por parte de todas as forças políticas do município.

3.1- Dimensão estratégica

A elaboração deste Plano Municipal baseia-se no enquadramento nacional para as migrações, decorrente da política comunitária em vigor e do Plano Estratégico para as Migrações (PEM), o qual prevê a criação de ferramentas para o desenvolvimento de políticas locais na área do acolhimento e integração, assim como a implementação do índice dos municípios amigos dos imigrantes e da diversidade (IMAD), cujo inquérito foi aplicado no concelho de Vila Franca de Xira a 2 de dezembro de 2019.

A conceção do PMIMVFX parte de um diagnóstico local das realidades, problemas e necessidades específicas da população NPT e dos recursos existentes em diversas áreas de intervenção. É com base neste levantamento e numa abordagem participativa de *bottom-up* que são traçados os objetivos estratégicos e operacionais, bem como as medidas e ações a desenvolver.

De forma resumida, apresentam-se no Quadro 12, os principais problemas e necessidades que foram extraídos dos dados do diagnóstico efetuado pelo CEG – IGOT da UL e do Relatório das Políticas Locais de Acolhimento e Integração de Imigrantes e seus Descendentes no município de Vila Franca de Xira, como resultado da aplicação do inquérito do Índice dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade.

Quadro 12 - Resumo dos Principais Problemas e Necessidades – Prioridades

Eixo	Área	Problemas/Dificuldades (1 – Pouco prioritário; 2 – Prioritário; 3 – Muito Prioritário)	1	2	3	
I	Serviços de Acolhimento e Integração	Necessidade de um kit de acolhimento ou materiais específicos com informações úteis para pessoas NPT.			x	
	Urbanismo e Habitação	Nº reduzido de iniciativas que promovam a interação entre moradores de diferentes origens culturais dentro da mesma zona ou bairro.		x		
		Respostas generalistas no que respeita ao acesso à habitação		x		
	Saúde	Necessidade de reforçar materiais informativos sobre direitos das pessoas NPT no acesso à saúde				x
		Necessidade de deslocação de pessoas NPT em situação irregular para acesso aos serviços de saúde				x
		Não uniformização de procedimentos em todas as unidades de saúde				x
		Necessidade de reforçar materiais e ações de sensibilização sobre competências interculturais dos profissionais de saúde e administrativos e sobre cuidados preventivos na saúde		x		
		Necessidade de integração dos princípios da assistência religiosa, espiritual ou cultural	x			
	Educação e Língua	Necessidade de reforço do ensino do português como língua não materna			x	
		Necessidade de reforçar estratégias de combate a comportamentos discriminatórios nas escolas			x	
Reduzidos recursos pedagógicos sobre o tema das migrações				x		
Solidariedade e Resposta Social	Persistência de algumas carências económicas nas áreas da saúde, educação e alimentação	x				
II	Cidadania e Participação Cívica	Inexistência de estrutura semelhante ao Conselho das Migrações	x			
		Necessidade de reforço da informação/sensibilização para o recenseamento eleitoral de pessoas NPT			x	
		Necessidade de estimular a participação de pessoas NPT na esfera política e cívica			x	
		A origem étnica ou nacionalidade dos candidatos não reflete a diversidade dos residentes		x		
		Reduzida participação das pessoas NPT em matéria de cidadania e participação cívica			x	
	Mercado de Trabalho e Empreendedorismo	Necessidade de reforço de materiais informativos		x		
		Necessidade de promover políticas para atrair investidores NPT	x			
		Necessidade de apoio individualizado no processo de procura de emprego			x	
		Necessidade de sensibilização dos técnicos para as especificidades da comunidade NPT			x	
		Inexistência de uma incubadora de empresas	x			
Capacitação e Formação	Necessidade de reforço de materiais e ações informativas		x			
Igualdade de Género	Desigualdade de oportunidades em função do género		x			
Racismo e Discriminação	Necessidade de serviços de apoio a vítimas de discriminação/racismo		x			
III	Cultura	Necessidade de instituir uma data para celebrar a diversidade cultural, diálogo intercultural ou imigração.		x		
		Necessidade de reforço de iniciativas que promovam o contacto entre pessoas NPT e sociedade de acolhimento.		x		
		Necessidade de reforço de atividades que sensibilizem para a diversidade cultural		x		
	Práticas Tradicionais Nefastas	Práticas tradicionais nefastas, nomeadamente a Mutilação Genital Feminina	x			
	Media e Sensibilização da Opinião Pública	Necessidade de reforçar a importância dos media étnicos de ou para pessoas NPT	x			
		Necessidade de sensibilização dos media para as questões do diálogo intercultural	x			
		Necessidade de criar uma estratégia de comunicação sobre diversidade cultural ou imigração			x	
		Reforçar a abertura da população de acolhimento à população NPT			x	
	Religião	Necessidade de reforço de iniciativas que fomentam o diálogo inter-religioso		x		
		Desconfiança da sociedade de acolhimento face a comunidades religiosas minoritárias		x		
Relações Internacionais	Necessidade de reforçar a política de atração de pessoas NPT		x			
	Necessidade de reforçar projetos ou políticas para promover as relações com os países de origem		x			

Neste seguimento, o PMIMVFX assenta em três eixos de intervenção e quinze áreas estratégicas:

Eixo 1 – Acolhimento: Serviço de Acolhimento e Integração; Urbanismo e Habitação; Educação e Língua; Saúde, Solidariedade e Resposta Social;

Eixo 2 – Integração e Participação: Mercado de trabalho e Empreendedorismo; Capacitação e Formação; Igualdade de Género; Racismo e Discriminação; Cidadania e Participação Cívica;

Eixo 3 – Interculturalidade: Cultura; Reconhecimento e Prevenção de Práticas Tradicionais Nefastas; Média e Sensibilização de Opinião Pública; Religião e Relações Internacionais.

Cada área estratégica engloba várias medidas, sendo a execução de cada medida realizada em parceria com as entidades responsáveis identificadas, de forma a envolver na operacionalização, implementação e monitorização de cada medida as várias entidades parceiras.

3.1.1 EIXO I

O Eixo I engloba as áreas de intervenção que são o garante do acesso aos direitos sociais básicos pelas comunidades migrantes, como sejam os direitos à habitação, à saúde, à educação e à proteção social. Uma primeira condição para aceder a estes direitos prende-se com as questões da regularização, do acesso à nacionalidade e do reagrupamento familiar. O papel desempenhado pela rede local e descentralizada de serviços de acolhimento e integração é fundamental para apoiar as pessoas Nacionais de Países Terceiros em todo o seu processo de acolhimento e integração, assegurando um contacto de proximidade no território.

Para cada uma das áreas do Eixo I, estabelecem-se os seguintes objetivos e estratégias:

- Acolhimento e Integração - Reforçar e melhorar a qualidade do acolhimento e da integração das pessoas NPT, no Concelho de Vila Franca de Xira através da construção e disseminação de materiais com informações úteis para migrantes disponíveis em várias línguas;
- Urbanismo e Habitação - Melhorar o acesso à habitação, a qualidade de vida urbana e as condições urbanísticas das pessoas NPT e a sua interação com a sociedade de acolhimento, apostando na dinamização de ações que promovam a partilha e a interculturalidade e informando sobre os apoios no acesso à habitação;
- Saúde - Promover a literacia das pessoas NPT no que respeita ao acesso a cuidados de saúde, estimulando o desenvolvimento de competências interculturais das entidades e profissionais de saúde, apostando na formação de profissionais de saúde e pessoal administrativo nas áreas da diversidade e interculturalidade e construindo e disseminando material informativo sobre direitos e deveres no acesso à saúde;
- Educação e Língua - Reforçar a integração da população NPT em contexto escolar, debatendo e desconstruindo preconceitos e estereótipos, apostando em promover o conhecimento sobre o selo Escola Intercultural e apoiar no processo de candidatura; dinamização de sessões de sensibilização para a temática das migrações; construção e disseminação de recursos pedagógicos sobre o tema;
- Solidariedade e Resposta Social- Reforçar o combate à pobreza e à exclusão social das pessoas NPT, reforçando a articulação entre serviços, designadamente CLAIM's e Serviços de Apoio e Atendimento Integrado (SAASI).

3.1.2 EIXO II

O Eixo II reúne as áreas de intervenção consideradas essenciais para assegurar às pessoas NPT o exercício pleno de direitos de cidadania e de participação na vida cívica e política, tais como o acesso a meios próprios de vida através do mercado de trabalho e/ou do empreendedorismo e à capacitação e formação em diversas áreas, nomeadamente profissionais, dando ainda especial atenção às questões de igualdade de género e da discriminação de base racial e étnica.

Para cada uma das áreas do Eixo II, estabelecem-se os seguintes objetivos e estratégias:

- Cidadania e Participação Cívica - Melhorar o conhecimento e reforçar os direitos e deveres sociais e políticos das pessoas NPT, informando e capacitando as pessoas e Associações suas representantes acerca dos seus direitos e deveres;
- Mercado de Trabalho e Empreendedorismo - Facilitar o acesso ao mercado laboral e promover o combate a situações de risco no emprego, apostando na capacitação das pessoas NPT na procura de emprego e dos técnicos da área do emprego para a inclusão de NPT, reforçando o envolvimento de parceiros;
- Capacitação e Formação- Apoiar a qualificação e formação profissional das pessoas NPT, investindo no reforço do reconhecimento de competências e a aprendizagem ao longo da vida, bem como a aprendizagem do português enquanto Língua Não Materna;
- Igualdade de Género - Promover o combate às discriminações de género, consciencializando sobre a importância da igualdade de género entre a população migrante e a população em geral;
- Racismo e Discriminação- Promover o combate ao racismo e à discriminação com base racial e étnica através do debate e consciencialização sobre as questões do preconceito e discriminação.

3.1.3 EIXO III

O Eixo III abrange as áreas de intervenção que contribuem para a construção de um concelho aberto, plural e multicultural, onde prima o diálogo e a convivência intercultural e inter-religiosa e o multilinguismo, como sejam a cultura, os media e a sensibilização da opinião pública, a religião e as relações internacionais.

Para cada uma das áreas do Eixo III, estabelecem-se os seguintes objetivos e estratégias:

- Cultura - Fortalecer e promover as dinâmicas culturais a partir dos contributos das pessoas NPT, organizando iniciativas de cariz cultural que promovam o conhecimento e valorizem a interculturalidade;
- Práticas Tradicionais Nefastas - Contribuir para o combate às práticas tradicionais nefastas, em particular a Mutilação Genital Feminina, sensibilizando através de materiais informativos;
- Media e Sensibilização da Opinião Pública - Contribuir para combater estereótipos e preconceitos sobre as comunidades migrantes na opinião pública, produzindo recursos audiovisuais e realizando eventos de grande envolvimento que salientem o lado positivo das comunidades NPT;
- Religião - Contribuir para combater preconceitos e as discriminações de base religiosa através da sensibilização da comunidade escolar para a importância do diálogo inter-religioso;
- Relações Internacionais- Reforçar as relações entre países de origem e o concelho de Vila Franca de Xira ao nível da interação descentralizada, organizando eventos interinstitucionais de partilha de experiências e boas-práticas.

A dimensão estratégica do PMIMVFX encontra-se resumida no Quadro 13.

Quadro 13 – Resumo da Dimensão Estratégica do PMIMVFX

Eixo	Áreas	Objetivos Estratégicos / Gerais	Indicadores	Estratégias
I	Serviços de Acolhimento e Integração	Reforçar e melhorar a qualidade do acolhimento e da integração das pessoas NPT, no Concelho de Vila Franca de Xira	Índice de satisfação do público-alvo	Construção de materiais com informações úteis para pessoas NPT disponíveis em várias línguas
	Urbanismo e Habitação	Melhorar o acesso à habitação, a qualidade de vida urbana e as condições urbanísticas das pessoas NPT e a sua interação com a sociedade de acolhimento	Nº de iniciativas dinamizadas; Nº de entidades mobilizadas na sua preparação/ implementação	Apostar na dinamização de ações que promovam a partilha e a interculturalidade e informar sobre os apoios no acesso à habitação
	Saúde	Promover a literacia das pessoas NPT no que respeita a acesso a cuidados de saúde, estimulando o desenvolvimento de competências interculturais das entidades e profissionais de saúde	Nº de profissionais de saúde com conhecimentos e competências interculturais; Nº de pessoas NPT com acesso a materiais informativos sobre acesso a cuidados de saúde	Formação de profissionais de saúde e pessoal administrativo nas áreas da diversidade e interculturalidade; construção e disseminação de material informativo sobre direitos e deveres no acesso à saúde
	Educação e Língua	Reforçar a integração da população NPT em contexto escolar, debatendo e desconstruindo preconceitos e estereótipos	Nº de escolas com o selo “Escola Intercultural”; Nº de alunos e alunas que revelam atitudes pró-inclusão; Nº de estudantes e docentes que usufruem de recursos pedagógicos sobre a temática das migrações	Promover o conhecimento sobre o selo Escola Intercultural e apoiar no processo de candidatura; Dinamização de sessões de sensibilização para a temática das migrações; Construção e disseminação de recursos pedagógicos sobre o tema
	Solidariedade e Resposta Social	Reforçar o combate à pobreza e à exclusão social das pessoas NPT	Nº de pessoas NPT em situação de vulnerabilidade social e a beneficiar de apoio socioeconómico	Reforçar a articulação entre serviços, designadamente CLAIM’s e Serviços de Apoio e Atendimento Integrado
II	Cidadania e Participação Cívica	Melhorar o conhecimento e reforçar os direitos e deveres sociais e políticos das pessoas NPT	Nº de ações de informação/sensibilização	Informar e capacitar as pessoas NPT e Associações suas representantes acerca dos seus direitos e deveres
	Mercado de Trabalho e Empreendedorismo	Facilitar o acesso ao mercado laboral e promover o combate a situações de risco no emprego, nomeadamente no caso das pessoas NPT	Nº de profissionais e de pessoas NPT envolvidas em ações de capacitação	Capacitação das pessoas NPT na procura de emprego e dos técnicos da área do emprego para a inclusão de pessoas NPT, reforçando o envolvimento de parceiros
	Capacitação e Formação	Apoiar a qualificação e formação profissional das pessoas NPT	Nº de ações de informação desenvolvidas; Nº de pessoas NPT envolvidas nas ações	Reforçar o reconhecimento de competências e a aprendizagem ao longo da vida, bem como a aprendizagem do português enquanto LNM
	Igualdade de Género	Promover o combate às discriminações de género	Nº de ações de sensibilização realizadas	Promover a consciencialização sobre a importância da igualdade de género entre a população NPT e a população em geral
	Racismo e Discriminação	Promover o combate ao racismo e à discriminação com base racial e étnica	Nº de ações de informação/sensibilização realizadas	Promover o debate e a consciencialização sobre as questões do preconceito e discriminação
III	Cultura	Fortalecer e promover as dinâmicas culturais a partir dos contributos das pessoas NPT	Nº de iniciativas	Organizar iniciativas de cariz cultural que promovam o conhecimento e valorizem a interculturalidade
	Práticas Tradicionais Nefastas	Contribuir para o combate das práticas tradicionais nefastas, em particular a Mutilação Genital Feminina	Nº de folhetos distribuídos	Sensibilizar para o combate às práticas tradicionais nefastas através de materiais informativos

Eixo	Áreas	Objetivos Estratégicos / Gerais	Indicadores	Estratégias
	Media e Sensibilização da Opinião Pública	Contribuir para combater estereótipos e preconceitos sobre as comunidades NPT na opinião pública	Nº de recursos; Nº de eventos	Produzir recursos audiovisuais e realizar eventos de grande envolvimento que salientem o lado positivo das comunidades NPT
	Religião	Contribuir para combater preconceitos e as discriminações de base religiosa	Nº de ações	Sensibilizar a comunidade escolar para a importância do diálogo inter-religioso
	Relações Internacionais	Reforçar as relações entre países de origem e concelho de Vila Franca de Xira ao nível da interação descentralizada	Nº de eventos	Organizar eventos interinstitucionais de partilha de experiências e boas-práticas



3.2 Dimensão operacional

As orientações estratégicas do PMIMVFX 2019-2022 para o acolhimento e integração de pessoas Nacionais de Países Terceiros e a promoção da interculturalidade operacionalizam-se através da definição de objetivos específicos e da sua tradução em medidas de ação e respetivas metas, indicadores e responsáveis. A construção da dimensão operacional do Plano parte de uma leitura do diagnóstico local, tendo em vista concretizar respostas eficazes às problemáticas identificadas em cada um dos Eixos e respetivas áreas estratégicas, a saber:

- Eixo I – Acolhimento - serão contempladas cinco áreas estratégicas para as quais concorrem os respetivos objetivos estratégicos: 1. Serviços de Acolhimento e Integração: Reforçar e melhorar a qualidade do acolhimento e da integração das pessoas NPT no concelho de Vila Franca de Xira; 2. Urbanismo e Habitação: Melhorar o acesso à habitação, a qualidade de vida urbana e as condições urbanísticas das pessoas NPT; 3. Saúde: Promover o acesso ao Serviço Nacional de Saúde por parte das pessoas NPT; 4. Educação e Língua: Promover a integração, em contexto escolar, das pessoas NPT; 5. Solidariedade e Resposta Social: Contribuir para o combate à pobreza e à exclusão social das pessoas NPT.

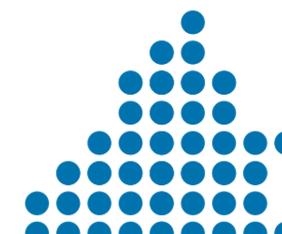
- Eixo II - Integração e Participação - serão contempladas, igualmente, cinco áreas estratégicas para as quais concorrem os respetivos objetivos estratégicos: 1. Cidadania e Participação Cívica: Melhorar o conhecimento e reforçar os direitos e deveres sociais e políticos das pessoas NPT; 2. Mercado de Trabalho e Empreendedorismo: Facilitar o acesso ao mercado laboral e promover o combate a situações de risco no emprego, nomeadamente no caso das pessoas NPT, bem como apoiar iniciativas de criação de negócio próprio; 3. Capacitação e Formação: Apoiar a qualificação e formação profissional das pessoas NPT; 4. Igualdade de Género: Promover o combate às discriminações de género; 5. Racismo e Discriminação: Promover o combate ao racismo e à discriminação com base racial e étnica.

- Eixo III – Interculturalidade - também ele será composto por cinco áreas estratégicas e respetivos objetivos estratégicos, a saber: 1. Cultura: Fortalecer e promover as dinâmicas culturais e partir dos contributos das pessoas NPT; 2. Práticas Tradicionais Nefastas: Prevenir e sensibilizar para as práticas tradicionais nefastas, em particular, a Mutilação Genital Feminina; 3. Media e Sensibilização da Opinião Pública: Contribuir para combater estereótipos e preconceitos sobre as comunidades NPT na opinião pública; 4. Religião: Contribuir para combater preconceitos e as discriminações de base religiosa; 5. Relações Internacionais: Reforçar as relações entre países de origem e o concelho de Vila Franca de Xira ao nível da interação descentralizada.

De um modo geral, as medidas previstas no Plano dividem-se nas seguintes categorias:

- Ações de divulgação dirigidas às pessoas NPT com vista a apoiar o seu processo de acolhimento e a integração nas mais variadas áreas, designadamente através da produção de guias, folhetos e recursos audiovisuais que congreguem informação relevante neste domínio;
- Ações de informação/sensibilização dirigidas a grupos-alvo específicos, quer na comunidade NPT, quer na sociedade de acolhimento, como sejam crianças e jovens, mulheres NPT, com vista a sensibilizar para questões como a educação para os Direitos Humanos, a não discriminação, a interculturalidade e a igualdade de género;
- Campanhas e eventos dirigidos ao público em geral (cidadãos e cidadãs nacionais e nacionais de países terceiros), sobre temas relacionados com as migrações, o combate ao racismo e às discriminações de base racial e étnica e a promoção do diálogo intercultural e inter-religioso;
- Ações de formação destinadas a capacitar pessoas NPT, a dotar os e as profissionais de saúde e os e as docentes de ferramentas e recursos que facilitem a integração de pessoas NPT no SNS e nas escolas;
- Atividades comunitárias de promoção da diversidade e diálogo intercultural, partilha de saberes e culturas e intercâmbio entre nacionalidades.

De seguida identificam-se as medidas e respetivas metas, indicadores e responsáveis de cada uma das quinze áreas temáticas abrangidas pelo PMIMVFX. No total, são 40 as medidas propostas (Quadro 14).



Quadro 14 – Quadro-Resumo da Dimensão Operacional

Eixo 1 – ACOLHIMENTO
1.1. Serviços de Acolhimento e Integração

Objetivo estratégico	Objetivo específico	Nº	Medidas	Nível	Indicadores	Meta	Responsáveis		
SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO	Reforçar e melhorar a qualidade do acolhimento e da integração das pessoas NPT no Concelho de Vila Franca de Xira	1	Facilitar a aproximação dos cidadãos e cidadãos nacionais de países terceiros aos diferentes serviços	3	Elaborar e disponibilizar um Guia para as pessoas NPT, com a informação necessária ao bom acolhimento	1000 exemplares distribuídos	CMVFX Associações Entidades Públicas Juntas de Freguesia		
		2		2	Elaborar folhetos informativos e divulgá-los em locais estratégicos dos serviços de apoio às pessoas NPT	2/Plano	CMVFX Entidades Públicas Juntas de Freguesia Associações		
		3	Manter e melhorar o funcionamento dos serviços de acolhimento, orientação e informação	3	Promover a implementação dos CLAIM's na Loja do Município e nas Delegações Municipais das Freguesias	1	Nº de CLAIM's	2/Plano	CMVFX ACM
		4	Informar sobre o Programa de apoio ao retorno voluntário e à reintegração no país de origem	4	Divulgar o Programa de Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração – Programa ARVORE	1	Nº de ações	1/Ano	CMVFX, OIM, CLAIM, Juntas de Freguesia



1.2. Urbanismo e Habitação

Objetivo estratégico	Objetivo específico	Nº	Medidas	Nível	Indicadores	Meta	Responsáveis
URBANISMO E HABITAÇÃO	Melhorar o acesso à habitação, a qualidade de vida urbana e as condições urbanísticas das pessoas NPT	5	Informar a população oriunda de países terceiros em situação de vulnerabilidade socioeconómica sobre os apoios disponíveis no acesso à habitação	2	Divulgar a abertura e acesso aos processos de candidatura a apoios existentes localmente e a nível nacional	1/ Ano	CMVFX Entidades Públicas Associações
		6	Estimular dinâmicas locais que fomentem a integração, a convivência social entre várias comunidades e a coesão socio territorial do Município	2	Apoiar a realização de iniciativas comunitárias nos bairros municipais e zonas de intervenção prioritária, promovidas e/ou destinadas a pessoas NPT	1/Plano	CMVFX Associações Juntas de Freguesia

1.3. Saúde

Objetivo estratégico	Objetivo específico		Medidas	Nível	Indicadores	Meta	Responsáveis
SAÚDE Promover o acesso ao Serviço Nacional de Saúde por parte das pessoas NPT	Divulgar os direitos de acesso à saúde e sensibilizar para a promoção da saúde e prevenção dos comportamentos de risco	7	Realizar ações de sensibilização junto da população NPT aos cuidados de saúde e acesso aos serviços	3	Nº de ações	2/ Plano	CMVFX ACES Estuário do Tejo Hospital de VFXira Associações Juntas de Freguesia Entidades Públicas
		8	Promover campanhas de prevenção da doença e promoção da saúde numa lógica territorial dirigidas à população NPT	2	Nº de campanhas	2/Plano	CMVFX ACES Estuário do Tejo Hospital de VFXira Associações Juntas de Freguesia Entidades Públicas

	Melhorar a resposta dos profissionais de saúde às necessidades específicas da população NPT	9	Promover ações de capacitação dos profissionais dos serviços de saúde, para melhor lidarem com especificidades culturais de saúde das pessoas NPT	2	Nº de ações	1/ Ano	CMVFX ACES Estuário do Tejo Hospital de VFXira Associações ACM ARSLVT
--	---	---	---	---	-------------	--------	---

1.4 Educação e Língua

Objetivo estratégico	Objetivo específico	Medidas	Nível	Indicadores	Meta	Responsáveis
Promover a integração, em contexto escolar, das pessoas NPT	Promover a partilha e o diálogo intercultural	10 Promover atividades e recursos na área da diversidade cultural dirigidas às crianças que frequentam os jardins de infância e 1º Ciclo	2	Nº de atividades	1/ Ano	CMVFX Entidades Públicas Agrupamentos de Escolas Associações e IPSS'S
		11 Realizar ações de sensibilização nas escolas dirigidas aos e às docentes e não docentes no âmbito do diálogo intercultural	2	Nº de ações	2/ Ano	CMVFX Entidades Públicas Agrupamento de Escolas Associações
	Implementar medidas de apoio ao sucesso escolar entre a população NPT	12 Promover o apoio do ensino de português como língua não materna, direcionado para alunos do 1º ciclo	2	Nº de cidadãos e cidadãs nacionais de países terceiros abrangidos	50/ Plano	CMVFX Entidades Públicas Agrupamento de Escolas Associações

1.5 Solidariedade e Resposta Social

Objetivo estratégico	Objetivo específico	Medidas	Nível	Indicadores	Meta	Responsáveis
Contribuir para o combate à pobreza e à exclusão social das pessoas NPT	Reduzir situações de exclusão social e apoiar grupos de pessoas NPT especialmente vulneráveis	13 Disponibilizar resposta alimentar à população NPT em situação de vulnerabilidade sócio económica	1	Nº de cidadãos e cidadãs de países terceiros apoiados	30/Ano	CMVFX Associações Entidades Públicas
		14 Atender, apoiar e acompanhar pessoas NPT em situação de vulnerabilidade socio económica, através do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social Integrado do Concelho de Vila Franca de Xira	1	Nº de cidadãos e cidadãs de países terceiros atendidos	70/Ano	CMVFX Entidades Públicas Associações Segurança Social

Eixo 2 – INTEGRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

2.1 Cidadania e Participação Cívica

Objetivo estratégico	Objetivo específico	Nº	Medidas	Nível	Indicadores	Meta	Responsáveis
Melhorar o conhecimento e reforçar os direitos e deveres sociais e políticos das pessoas NPT	Informar e capacitar a população NPT para o exercício dos seus direitos políticos e sociais	15	Promover ações de sensibilização dirigidas a pessoas NPT sobre direitos e deveres sociais e políticos	3	Nº de ações	2/ Plano	CMVFX Entidades Públicas Juntas de Freguesia Associações
		16	Produzir folhetos informativos sobre os direitos e deveres sociais e políticos dos cidadãos e cidadãs nacionais de países terceiros	2	Nº de exemplares distribuídos	1.000/Plano	CMVFX Entidades Públicas Juntas de Freguesia Associações
	17	Divulgar o Gabinete Jurídico do CNAI e outros que têm como valência o reconhecimento jurídico das associações	1	Nº de ações de divulgação	1/Ano	CMVFX ACM Juntas de Freguesia Associações	
	18	Apoiar as Associações de imigrantes no âmbito do Programa de Apoio ao Movimento Associativo do Município	1	Nº de pedidos apoiados	4/Plano	CMVFX	

CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO CÍVICA

**2.2 Mercado de Trabalho e Empreendedorismo**

Objetivo estratégico	Objetivo específico	Nº	Medidas	Nível	Indicadores	Meta	Responsáveis
Facilitar o acesso ao mercado laboral e promover o combate a situações de risco no emprego, nomeadamente no caso das pessoas NPT	Promover o emprego e a empregabilidade	19	Criar uma rede de contactos entre instituições parceiras que trabalham com pessoas NPT e entidades empregadoras	2	Nº de parceiros	20 Entidades	CMVFX Entidades Públicas Juntas de Freguesia Associações Empresas IEFP
		20	Promover ações de capacitação de técnicos que trabalhem na área da empregabilidade, tendo em vista incentivar e orientar as pessoas NPT na procura de emprego	2	Nº ações	1/ Plano	CMVFX Entidades Públicas Juntas de Freguesia Associações

MERCADO DE TRABALHO E EMPREENDEDORISMO

2.3 Capacitação e Formação

Objetivo estratégico	Objetivo específico		Medidas	Nível	Indicadores	Meta	Responsáveis	
CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO	Apoiar a qualificação e formação profissional das pessoas NPT	Melhorar o processo de reconhecimento de qualificações	24	Organizar workshop informativo sobre o processo de equivalência aos cidadãos e cidadãos nacionais de países terceiros licenciados/as	2	Nº de workshops	1/ Plano	CMVFX Entidades Públicas Universidades ACM
			25	Informar sobre o processo de Reconhecimento e Validação de Competência Escolar, Profissional e de dupla Certificação junto de pessoas NPT	2	Nº de folhetos distribuídos	1.000/Ano	CMVFX Entidades Públicas Associações ACM
		26	Apoiar a educação e formação de adultos nacionais de países terceiros	2	Promover ações de formação credenciadas e à medida, para pessoas NPT	2	Nº de ações	1/Plano

		27	Divulgar as ofertas de cursos de língua portuguesa desenvolvidos no âmbito do PPT	2	Nº de folhetos distribuídos	1.000/Plano	CMVFX Entidades Públicas Associações Juntas de Freguesia ACM DGEST
	Apoiar o ensino da língua portuguesa para adultos NPT						

2.4 Igualdade de Género

Objetivo estratégico	Objetivo específico		Medidas	Nível	Indicadores	Meta	Responsáveis
IGUALDADE DE GÉNERO	Promover o combate às discriminações de género	28	Realizar um Fórum de debate e reflexão sobre a realidade das mulheres nacionais de países terceiros	2	Realização do Fórum	1/ Plano	CMVFX Entidades Públicas Juntas de Freguesia Associações ACM CIG Embaixadas
		29	Campanha de sensibilização para as questões da igualdade de género no quotidiano da comunidade de pessoas NPT	2	Realização da campanha	1/ Plano	CMVFX Entidades Públicas Juntas de Freguesia Associações ACM CIG Embaixadas

2.5 Racismo e Discriminação

Objetivo estratégico	Objetivo específico		Medidas	Nível	Indicadores	Meta	Responsáveis
RACISMO E DISCRIMINAÇÃO	Promover o combate ao racismo e à discriminação com base racial e étnica	30	Comemorações do Dia Internacional de Luta contra a Discriminação Racial	2	Nº de ações	1/ Ano	CMVFX Entidades Públicas Juntas de Freguesia Associações
		31	Realização de ações de sensibilização nas Escolas sobre o Racismo e a Discriminação de base racial e étnica	2	Nº de ações	1/ Ano letivo	CMVFX IPSS's e Escolas Públicas OIM
		32	Divulgar e encaminhar para a Unidade de Apoio a Vítimas Migrantes e de Discriminação (UAVMD)	2	Nº de folhetos distribuídos	500/Plano	CMVFX APAV Juntas de Freguesia Associações

Eixo 3 – INTERCULTURALIDADE
3.1 Cultura

Objetivo estratégico	Objetivo específico	Medidas	Nível	Indicadores	Meta	Responsáveis
CULTURA Fortalecer e promover as dinâmicas culturais a partir dos contributos das pessoas NPT	33 Dar visibilidade às produções culturais oriundas de países terceiros e incluí-las no quadro de ofertas culturais do Concelho de Vila Franca de Xira	Promover um festival musical – “Festival das Culturas”	2	1 Festival	1/Plano	CMVFX
	34	Promover ações culturais e gastronómicas	2	Nº ações	1/ Plano	CMVFX Entidades Públicas Juntas de Freguesia Associações
	35 Apoiar as dinâmicas culturais do movimento associativo imigrante	Divulgar as dinâmicas culturais promovidas pelas associações	1	Nº de divulgações	1/ Ano	CMVFX Associações Juntas de Freguesia

3.2 Reconhecimento e Prevenção de Práticas Tradicionais Nefastas

Objetivo estratégico	Objetivo específico	Medidas	Nível	Indicadores	Meta	Responsáveis
PRÁTICAS TRADICIONAIS NEFASTAS Contribuir para o combate às práticas tradicionais nefastas, em particular a Mutilação Genital Feminina	36 Prevenir e sensibilizar para as práticas tradicionais nefastas, em particular a Mutilação Genital Feminina	Informar e sensibilizar sobre a prática nefasta da mutilação genital feminina	1	Nº de folhetos distribuídos	2.000/Plano	CMVFX Associações Entidades Públicas CIG ACES

3.3 Media e Sensibilização da Opinião Pública

Objetivo estratégico	Objetivo específico	Medidas	Nível	Indicadores	Meta	Responsáveis
MEDIA E SENSIBILIZAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA Contribuir para combater estereótipos e preconceitos sobre as comunidades NPT na opinião pública	Dar a conhecer e promover a imagem positiva das comunidades de pessoas NPT	37 Produzir recursos audiovisuais sobre as comunidades das pessoas NPT	2	Nº de produções	1/Plano	CMVFX Associações Entidades Públicas Juntas de Freguesia
		38 Realizar uma exposição sobre histórias de vida de pessoas NPT	1	Nº de exposições	1/Plano	CMVFX Entidades Públicas Juntas de Freguesia Associações OIM ACM

3.4 Religião

Objetivo estratégico	Objetivo específico	Medidas	Nível	Indicadores	Meta	Responsáveis
RELIGIÃO Contribuir para combater preconceitos e as discriminações de base religiosa	Fomentar o diálogo inter-religioso	39 Realizar ações de sensibilização dirigidas à comunidade escolar sobre a importância do diálogo inter-religioso	2	Nº ações	1/Plano	CMVFX Associações Entidades Públicas Juntas de Freguesias ACM Agrupamentos de Escolas

3.5 Relações Internacionais

Objetivo estratégico	Objetivo específico	Medidas	Nível	Indicadores	Meta	Responsáveis
Reforçar as relações entre países de origem e concelho de Vila Franca de Xira ao nível da interação descentralizada	Desenvolver trocas de experiências e de partilha de estratégias de intervenção	Participar e/ou coorganizar encontros de intercâmbio internacional na área da integração de pessoas NPT	2	Nº iniciativas de intercâmbio internacional	1/Plano	CMVFX Associações Entidades Públicas Juntas de Freguesias ACM OIM Embaixadas
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	40					

4. MODELO DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

O período de vigência do PMIMVFX 2019-2022 é de vinte e nove meses, entre 2 de dezembro de 2019 e 30 de abril de 2022. A implementação do Plano inicia-se após a sua aprovação em sede de Reunião de Câmara e Assembleia Municipal, considerando um período inicial de conceção (seis meses).

A avaliação é uma área fundamental que permite a adequação das atividades às necessidades previamente identificadas, das quais decorrem os objetivos do Plano. Para isso, pretende-se apostar na diversificação das fontes de informação, aferindo: Conceção - análise crítica da pertinência; Operacionalização - implementação e concretização; Execução - cumprimento das atividades, satisfação do público-alvo, colaboração das entidades parceiras, gestão de dificuldades; Resultados da intervenção - definição de indicadores e construção de instrumentos de avaliação.

A estratégia de avaliação do Plano passa pela participação de todos os *stakeholders* envolvidos, formais, não formais e informais. A própria estratégia é definida em conjunto com estes, através do estabelecimento de momentos formais e informais de avaliação referentes a aspetos como a participação, cumprimento de responsabilidades, visibilidade do Plano e adequação às necessidades.

Pretende-se assim efetuar uma avaliação *ex-ante e ongoing* participativa, ou seja, monitorização, incluindo todas as partes interessadas numa atualização regular do diagnóstico para uma leitura eficaz das necessidades e perceção das realidades, assim como uma avaliação contínua de carácter formativo (e igualmente participada) que permita aferir e adequar as estratégias delineadas. Finalmente, e porque é necessário devolver resultados de processo e de impacto a financiadores, parceiros e destinatários, será ainda levada a cabo uma avaliação *ex-post*, de carácter sumativo.

A estratégia de avaliação compreenderá momentos e instrumentos de natureza quantitativa, mas também qualitativa, quer no que às atitudes diz respeito, quer à aquisição e/ou desenvolvimento de competências.

Para uma rigorosa monitorização e avaliação do PMIMVFX 2019-2022, serão elaborados relatórios semestrais de progresso e relatórios anuais, elaborados pela equipa técnica do Plano, sob a tutela da Divisão de Saúde e Solidariedade, com base nas atividades desenvolvidas pela estrutura de coordenação e no reporte das entidades parceiras relativamente às ações por si desenvolvidas no âmbito das parcerias estabelecidas para a execução de medidas do Plano, e após reuniões com essas entidades.

À equipa técnica de coordenação e acompanhamento do Plano compete: i) analisar os indicadores de resultado previstos na dimensão estratégica e na dimensão operacional; ii) construir indicadores de impacto, tendo em conta as várias áreas temáticas que compõem os Eixos do Plano; iii) contactar e/ou reunir com as entidades e os serviços municipais a fim de recolher e

partilhar informação; e iv) contactar e reunir com as entidades parceiras, pelo menos semestralmente, e sempre que se revele necessário. Os relatórios semestrais e anuais serão discutidos e validados pela Plataforma de Acompanhamento e Monitorização do Plano, um órgão a constituir e composto por parceiros-chave na implementação do Plano e com especial vocação na área da integração de pessoas NPT.

Os relatórios anuais incluem uma avaliação quantitativa e qualitativa da execução do Plano e serão apresentados nas reuniões plenárias do Conselho Local de Ação Social (CLAS), um órgão que junta a Rede Social de Vila Franca de Xira, composta por 100 entidades. Esta estrutura, presidida pelo Presidente da Câmara Municipal ou, em delegação de competências, pelo Vereador com o Pelouro, é aglutinadora dos interesses e das políticas do município nas questões respeitantes a toda a intervenção social no Concelho, nomeadamente nas questões da migração e da diversidade cultural.

O Quadro 15 resume os Indicadores de Monitorização do Plano.

Quadro 15 - Bateria de Indicadores de Avaliação do Plano

Tipo de Indicador	Designação	Unidade de Medida	Fontes	Fórmula de Cálculo	Variáveis de Desagregação	Periodicidade da Recolha	Responsável pela Recolha	Meta Associada
Recurso	Nº de técnicos envolvidos na implementação das medidas do PMIM	Nº de técnicos (absoluto)	Relatório de cada ação/Reuniões de parceiros	Soma do nº de técnicos envolvidos	Sexo Habilitações académicas	Semestral	Coordenador técnico	20 técnicos envolvidos/Plano
	% de execução financeira do orçamento do PMIM	% do orçamento executado	Orçamento e registo de despesas	Orçamento Total anual * 100 / Valor executado	Rubricas orçamentais	Semestral	Coordenador técnico	Fase de conceção - 95%; Fase de implementação - 25% a cada semestre, cumulativamente (25, 50, 75, 100)
Realização	Nº de ações de divulgação	Nº de ações (absoluto)	Registos das ações/Reuniões com parceiros	Soma do nº de ações desenvolvidas nas várias áreas de intervenção	Áreas de intervenção	Semestral	Coordenador técnico	9/Plano
	Nº de folhetos/informativos distribuídos	Nº de folhetos/informativos (absoluto)	Reuniões com parceiros/registos de atendimentos	Soma do nº de folhetos/materiais informativos distribuídos no âmbito das várias áreas de intervenção	Áreas de intervenção	Semestral	Coordenador técnico	7500/Plano

Tipo de Indicador	Designação	Unidade de Medida	Fontes	Fórmula de Cálculo	Variáveis de Desagregação	Periodicidade da Recolha	Responsável pela Recolha	Meta Associada
	Nº de Ações de Sensibilização dirigidas à comunidade NPT	Nº de ações	Relatórios das Ações; Folhas de Presença	Soma do nº de ações desenvolvidas nas várias áreas de intervenção	Áreas de Intervenção	Semestral	Coordenador técnico	8/Plano
	Nº de Ações de Sensibilização dirigidas à comunidade de acolhimento	Nº de ações	Relatórios das Ações; Folhas de Presença	Soma do nº de ações desenvolvidas nas várias áreas de intervenção	Áreas de Intervenção	Semestral	Coordenador técnico	8/Plano
	Nº de Atividades de promoção da diversidade cultural	Nº de atividades/iniciativas	Relatórios das Ações; Folhas de Presença (quando possível); materiais de divulgação	Soma do nº de atividades desenvolvidas nas várias áreas de intervenção	Áreas de Intervenção	Semestral	Coordenador técnico	7/Plano
	Nº de Ações de capacitação/formação dirigidas às pessoas NPT	Nº de ações	Relatórios das Ações; Folhas de Presença	Soma do nº de ações desenvolvidas nas várias áreas de intervenção	Áreas de Intervenção	Semestral	Coordenador técnico	9/Plano
	Nº de Ações de capacitação/formação dirigidas à sociedade de acolhimento	Nº de ações	Relatórios das Ações; Folhas de Presença	Soma do nº de ações desenvolvidas nas várias áreas de intervenção	Áreas de Intervenção	Semestral	Coordenador técnico	4/Plano
	Nº de serviços implementados	Nº de serviços	Reuniões com parceiros	Soma do nº de serviços (absoluto)	Local de implementação	Anual	Coordenador técnico	2/Plano

Tipo de Indicador	Designação	Unidade de Medida	Fontes	Fórmula de Cálculo	Variáveis de Desagregação	Periodicidade da Recolha	Responsável pela Recolha	Meta Associada
	Nº de parceiros envolvidos	Nº de entidades parceiras	Reuniões com parceiros	Soma do nº de entidades parceiras	Área de intervenção das Entidades	Anual	Coordenador técnico	20/Plano
	Nº de pessoas NPT abrangidas por ações de apoio socioeconómico	Nº de pessoas NPT	Registos de atendimentos CLAIM, SAASI	Soma do nº de pessoas NPT (absoluto)	Sexo País de Origem Faixa etária (18/30; 30/65; +65 anos)	Semestral	Técnicos dos CLAIM, SAASI, coordenador técnico	100/ano
	Nº de pessoas NPT envolvidas em ações de capacitação/formação	Nº de pessoas NPT	Folhas de Presença, Relatórios das Ações	Soma do nº de pessoas NPT (absoluto)	Sexo País de Origem Faixa etária (18/30; 30/65; +65 anos)	Semestral	Coordenador técnico, formadores	110/Plano
	Nº de profissionais envolvidos em ações de capacitação/formação	Nº de profissionais	Folhas de Presença, Relatórios das Ações	Soma do nº de profissionais (absoluto)	Área profissional	Semestral	Coordenador técnico; formadores	30/Plano
Resultado	% de Migrantes que refere ter conhecimento acerca das áreas alvo de ações de divulgação	% de pessoas NPT	Questionários aplicados aos participantes	Nº de pessoas NPT que refere ter conhecimento * 100 / nº pessoas NPT que responde aos questionários	Áreas de Intervenção	Anual	Técnicos dos CLAIM, SAASI, coordenador técnico	55%

Tipo de Indicador	Designação	Unidade de Medida	Fontes	Fórmula de Cálculo	Variáveis de Desagregação	Periodicidade da Recolha	Responsável pela Recolha	Meta Associada
	Nº médio de formandos que adquiriram competências nas áreas abordadas nas ações de capacitação e formação	Nº médio de formandos	Questionários e instrumentos de avaliação das ações	Nº total de formandos que adquiriram competências / Nº total de formandos nas ações realizadas	Área da formação ministrada; sexo; país de origem; área profissional; migrante/não migrante	Semestral	Coordenador técnico; formadores	75
	Nº de pessoas NPT que concretizaram o processo de recenseamento eleitoral	Nº de pessoas NPT	Relação de cadernos eleitorais	Soma do nº de pessoas NPT (absoluto)	Sexo; País de origem	Anual	Coordenador técnico; Técnicos CLAIM e SAASI	100
	Nº de pessoas NPT que são integradas em mercado de trabalho	Nº de pessoas NPT	Registos IEFP, GIP, CLAIM, SAASI	Soma do nº de pessoas NPT (absoluto)	Sexo; País de origem; faixa etária (18/30; 30/65; +65 anos)	Anual	Coordenador técnico; Técnicos GIP, CLAIM e SAASI	50

Tipo de Indicador	Designação	Unidade de Medida	Fontes	Fórmula de Cálculo	Variáveis de Desagregação	Periodicidade da Recolha	Responsável pela Recolha	Meta Associada
	% de participantes nas ações de informação/sensibilização que refere aumento de conhecimento e/ou alteração de atitudes	% de participantes	Questionários/dinâmicas de avaliação das ações	Nº de participantes que refere aumento de conhecimento e/ou alteração de atitudes * 100 / nº participantes que responde aos questionários	Faixa etária; área de intervenção; migrante ou descendente de imigrante (sim/não)	Pontual (nas ações de informação/sensibilização)	Coordenador técnico	75%
	Auto-perceção da qualidade das relações entre comunidade NPT e entre estas e a comunidade de acolhimento	Muito Boa – 5; Boa – 4; Razoável – 3; Má – 2; Muito Má - 1	Questionários	Soma de pontuações das respostas ao questionário, de modo a criar um índice de qualidade (variável entre 10 e 50)		Anual	Coordenador técnico	Índice médio superior a 30
Contexto	Varição do nº de pessoas NPT que recebe apoio socioeconómico entre os anos 2019 e 2022	Percentagem	Pedidos de apoio alimentar e económico (ISS, CLAIM, SAASI)	Nº de pessoas NPT que beneficiavam de apoio em 2022 / Nº de pessoas NPT que beneficiavam de apoio em 2019 *	País de origem; faixa etária (18/30; 30/65; +65 anos)	Bienal	Coordenador técnico; técnicos ISS, LAIM, SAASI	Varição negativa de 10%

Tipo de Indicador	Designação	Unidade de Medida	Fontes	Fórmula de Cálculo	Variáveis de Desagregação	Periodicidade da Recolha	Responsável pela Recolha	Meta Associada
	Variação do nº ocorrências policiais que relacionam conflitos entre pessoas NPT e entre estas e sociedade de acolhimento entre os anos 2019 e 2022	Porcentagem	Ocorrências registadas na PSP e GNR	$\frac{\text{Nº ocorrências registadas em 2022} / \text{Nº de ocorrências registadas em 2019}}{100}$	País de origem; faixa etária (18/30; 30/65; +65 anos)	Biennial	Coordenador técnico; interlocutores PSP e GNR	Varição negativa de 5%

Para efeitos de monitorização da implementação das medidas do Plano, será considerado o cronograma seguinte (Quadro 16).

Quadro 16 - Cronograma

Eixo	Área	Medida	Ano 1 (2020)		Ano 2 (2021)		Ano 3 (2022)		Responsável
			1ª SEM	2ª SEM	1ª SEM	2ª SEM	1ª SEM	2ª SEM	
I	Serviços de Acolhimento e Integração	1. Elaborar e disponibilizar um Guia para as pessoas NPT, com a informação necessária ao bom acolhimento							CMVFX, Associações, Entidades Públicas, Juntas de Freguesia
		2. Elaborar folhetos informativos e divulgá-los em locais estratégicos dos serviços de apoio às pessoas NPT							CMVFX, Associações, Entidades Públicas, Juntas de Freguesia
		3. Promover a implementação dos CLAIM na Loja do Município e nas Delegações Municipais das Freguesias							CMVFX, ACM
		4. Divulgar o Programa de Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração – Programa ARVORE							CMVFX, OIM, CLAIM, Juntas de Freguesia
	Urbanismo e Habitação	5. Divulgar a abertura e acesso aos Processos de candidatura a apoios existentes localmente e a nível nacional							CMVFX, Entidades Públicas, Associações
		6. Apoiar a realização de iniciativas comunitárias nos bairros municipais e zonas de intervenção prioritária, promovidas e/ou destinadas a cidadãos e cidadãs NPT							CMVFX, Associações, Juntas de Freguesia
	Saúde	7. Realizar ações de sensibilização junto da população NPT relativas aos cuidados de saúde e acesso aos serviços							CMVFX, ACES Estuário do Tejo, Hospital de VFXira, Associações, Juntas de Freguesia, Entidades Públicas
		8. Promover campanhas de prevenção da doença e promoção da saúde numa lógica territorial dirigidas à população NPT							CMVFX, ACES Estuário do Tejo, Hospital de VFXira, Associações, ACM, ARSLVT
		9. Promover ações de capacitação dos profissionais dos serviços de saúde, para melhor lidarem com especificidades culturais de saúde das pessoas NPT							CMVFX, Entidades Públicas, Agrupamentos de Escolas, Associações e IPSS'S
	Educação e Linguagem	10. Promover atividades e recursos na área da diversidade cultural dirigidas às crianças que frequentam os jardins de infância e 1º Ciclo							CMVFX, Entidades Públicas, Agrupamento de Escolas
		11. Realizar ações de sensibilização nas escolas dirigidas aos docentes e não docentes no âmbito do diálogo intercultural							CMVFX, Entidades Públicas, Agrupamento de Escolas, Associações
	Solidariedade e Responsabilidade Social	12. Promover o apoio do ensino de português como língua não materna, direcionado a crianças do 1º ciclo							CMVFX, Associações, Entidades Públicas
		13. Disponibilizar resposta alimentar à população NPT em situação de vulnerabilidade sócio económica							CMVFX, Entidades Públicas, Associações
			14. Atender, apoiar e acompanhar pessoas NPT em situação de vulnerabilidade sócio económica, através do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social Integrado do Concelho de Vila Franca de Xira						CMVFX, Entidades Públicas, Associações Segurança Social

Eixo	Área	Medida	Ano 1		Ano 2		Ano 3		Responsável
			2º SEM	1º SEM	1º SEM	2º SEM	1º SEM	2º SEM	
II	Cidadania e Participação Cívica	15. Promover ações de sensibilização dirigidas a pessoas NPT sobre direitos e deveres sociais e políticos							CMVFX, Entidades Públicas, Juntas de Freguesia, Associações
		16. Produzir folhetos informativos sobre os direitos e deveres sociais e políticos dos cidadãos e cidadãs NPT							CMVFX, Entidades Públicas, Juntas de Freguesia, Associações
		17. Divulgar o Gabinete Jurídico do CNAI e outros que tenham como valência o reconhecimento jurídico das associações							CMVFX, ACM, Juntas de Freguesia, Associações
		18. Apoiar as Associações de Imigrantes no âmbito do Programa de Apoio ao Movimento Associativo do Município							CMVFX
	Mercado de Trabalho e Emprego	19. Criar uma rede de contactos entre instituições parceiras que trabalhem com pessoas NPT e entidades empregadoras							CMVFX, Entidades Públicas, Juntas de Freguesia, Associações, Empresas, IEFP
		20. Promover ações de capacitação dos técnicos que trabalham na área da empregabilidade, tendo em vista incentivar e orientar as pessoas NPT na procura de emprego							CMVFX, Entidades Públicas, Juntas de Freguesia, Associações
		21. Promover ações de capacitação das pessoas NPT nas candidaturas ao emprego							CMVFX, Entidades Públicas, Juntas de Freguesia, Associações, GIP, IEFP
	Mercado de Trabalho e Emprego	22. Promover a divulgação do Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego (PAECE) e do Projeto Promoção do Empreendedorismo (PEI), através de folhetos de divulgação							CMVFX, IEFP, ACM, Associações, Junta de Freguesia, Entidades Públicas
		23. Promover ações de capacitação das pessoas NPT ao acesso a programas de incentivo à criação do próprio emprego							CMVFX, IEFP, ACM, Associações, Junta de Freguesia, Entidades Públicas
	Capacitação e Formação	24. Organizar workshop informativo sobre o processo de equivalência para cidadãos e cidadãs licenciados/as NPT							CMVFX, Entidades Públicas, Universidades, ACM
25. Informar sobre o processo de Reconhecimento e Validação de Competência Escolar, Profissional e de Dupla Certificação junto de pessoas NPT								CMVFX, Entidades Públicas, Associações, ACM	
Capacitação e Formação	26. Promover ações de formação credenciadas e à medida para pessoas NPT							CMVFX, IEFP, Associações, Junta de Freguesia, Entidades Públicas	
	27. Divulgar as ofertas de cursos língua portuguesa desenvolvidos no âmbito do PPT							CMVFX, Entidades Públicas, Associações, Juntas de Freguesia, ACM, DGEST	
	28. Realizar um Fórum de debate e reflexão sobre a realidade das mulheres NPT							CMVFX, Entidades Públicas, Juntas de Freguesia, Associações, ACM, CIG, Em-baixadas	
Igualdade de Género	29. Realizar campanha de sensibilização para as questões da igualdade de género no quotidiano da comunidade NPT							CMVFX, Entidades Públicas, Juntas de Freguesia, Associações, ACM, CIG, Em-baixadas	
	30. Comemorar o Dia Internacional de Luta contra a Discriminação Racial							CMVFX, Entidades Públicas, Juntas de Freguesia, Associações e IPSS's, Escolas	

	31. Realizar ações de sensibilização nas Escolas sobre o Racismo e a Discriminação de base racial e étnica							CMVFX, IPSS's e Escolas Públicas, OIM
	32. Divulgar e encaminhar para a Unidade de Apoio à Vítima Migrante e de Discriminação (UAVMD)							CMVFX, APAV, Juntas de Freguesia, Associações

Eixo	Área	Medida	Ano 1			Ano 2			Ano 3			Responsável
			2º SEM	1º SEM								
III	Cultura	33. Promover um festival musical – “Festival das Culturas”										CMVFX
		34. Promover ações culturais e gastronómicas										CMVFX, Entidades Públicas, Juntas de Freguesia, Associações
		35. Divulgar as dinâmicas culturais promovidas pelas associações										CMVFX, Associações, Juntas de Freguesia
	Práticas Tradicionais Nefastas	36. Informar e sensibilizar sobre a prática nefasta da mutilação genital feminina										CMVFX, Associações, Entidades Públicas, CIG, ACES
		37. Produzir recursos audiovisuais sobre as comunidades das pessoas NPT no Concelho										CMVFX, Associações, Entidades Públicas, Juntas de Freguesia
	Media e Sensibilização da Opinião Pública	38. Realizar uma exposição sobre histórias de vida de pessoas NPT										CMVFX, Entidades Públicas, Juntas de Freguesia, Associações, OIM, ACM
		39. Realizar ações de sensibilização dirigidas à comunidade escolar sobre a importância do diálogo inter-religioso										CMVFX, Associações, Entidades Públicas, Juntas de Freguesias, ACM, Agrupamentos de Escolas
	Religião	40. Participar e/ou coorganizar encontros de intercâmbio internacional na área da integração de pessoas NPT										CMVFX, Associações, Entidades Públicas, Juntas de Freguesias, ACM, OIM, Embaixadas
	Relações Internacionais											

Legenda:

- Materiais informativos
- Implementação Serviços
- Atividades culturais
- Ações sensibilização
- Ações capacitação
- Apoio socioeconómico
- Parcerias

5. MODELO DE GOVERNAÇÃO

O fenómeno de exclusão social que frequentemente atinge a população NPT afigura-se como um problema social complexo, sendo possível identificar diversos fatores-chave na sua origem e, simultaneamente, várias consequências que dele derivam. Por esta razão, entende-se que qualquer intervenção a ser levada a cabo nesta área, designadamente a implementação de um Plano Municipal para a Integração de Migrantes, deve enquadrar-se e nortear-se por um modelo de Governação Integrada. Assim, preconiza-se a construção, desenvolvimento e manutenção de relações inter-organizacionais de colaboração, perspetivando uma maior eficácia e eficiência das intervenções. Será, portanto, central uma relação de colaboração entre organizações, visando a abordagem e gestão deste problema complexo, exigindo a cada passo uma reanálise atenta, um diálogo permanente e uma multiplicidade de ações concertadas.

No que respeita à coordenação do Plano, a mesma ficará a cargo da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, a quem caberá o papel de mobilização e articulação com todas as entidades parceiras cuja área de atuação manifeste relevância na área do acolhimento e integração de pessoas NPT e do diálogo intercultural e inter-religioso.

Para a conceção e implementação do PMIMVFX, a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira designou como coordenadora a Divisão de Saúde e Solidariedade, utilizando a Rede Social de Vila Franca de Xira, através de um grupo restrito, como plataforma colaborativa de conceção e monitorização deste plano, bem como outros atores privilegiados que se considerem de especial relevância.

Este modelo de governação, que aposta na aproximação e envolvimento das entidades ao PMIMVFX, procura potenciar esforços, ultrapassando possíveis constrangimentos na execução das medidas e proporcionando assim uma melhoria do trabalho em parceria realizado em prol da população NPT.

No Concelho de Vila Franca de Xira encontra-se constituída a Rede Social, que integra 100 entidades. Esta estrutura, presidida pelo Presidente da Câmara Municipal ou, em delegação de competências, pelo Vereador com o Pelouro, é aglutinadora dos interesses e das políticas do município nas questões respeitantes a toda a intervenção social no Concelho, nomeadamente nas questões das migrações e da diversidade cultural. Esta estrutura, através de um grupo restrito – Plataforma de Acompanhamento e Monitorização, será responsável pelo acompanhamento da execução do PMIMVFX.

Relativamente aos mecanismos e instrumentos de monitorização e avaliação na implementação do Plano, e para uma rigorosa monitorização e avaliação, serão realizadas reuniões periódicas com todas as entidades envolvidas no Plano Municipal, para elaboração de relatórios semestrais de monitorização e um relatório anual, que inclui uma avaliação quantitativa e qualitativa da sua execução, com posterior validação do Conselho Local de Ação Social (CLAS). Esta partilha e validação de informação permitirá recolher dados e contributos para a aferição e adequação do Plano às necessidades locais e recursos existentes nos territórios.

O Plano Municipal para a Integração de Migrantes no Concelho de Vila Franca de Xira será submetido a reunião de câmara para aprovação da conceção e implementação, com posterior remessa à Assembleia Municipal.

O ACM, enquanto autoridade delegada com responsabilidade na validação do PMIMVFX, na verificação da elegibilidade das despesas, execução das medidas e transferência das respetivas verbas de cofinanciamento, tem um papel importante no acompanhamento e na garantia da correta execução do Plano. O apoio do ACM no esclarecimento de procedimentos e demais dúvidas na execução das medidas e a comunicação regular entre esta entidade e a CMVFX serão fulcrais para assegurar a correta implementação do Plano.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E ELETRÓNICAS

- ACM – Alto Comissariado para as Migrações

www.acm.gov.pt/pt

ACM (2015). Guia para a Conceção de Planos Municipais para a Integração de Imigrantes. Coord. ACM - I.P., Logframe, Consultoria e Formação. – 1ª ed. ISBN 978-989-685-075-3: <https://www.acm.gov.pt/documents/10181/99316/Guia+para+a+Conceção+de+PMII.pdf/>

- Câmara Municipal de Vila Franca de Xira

www.cm-vfxira.pt

- Câmara Municipal de Vila Franca de Xira / Portal do Associativismo

associativismo.cm-vfxira.pt

- Diagnóstico da População Imigrante de Vila Franca de Xira

Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT)/Centro de Estudos Geográficos (CEG) Universidade de Lisboa, Coordenação (IGOT/CEG): Ana Estevens; Jorge Malheiros 2020

- OM - Observatório das Mirações.

www.om.acm.gov.pt

- Guia para a Conceção de Planos Municipais de Integração de Migrantes

<https://www.acm.gov.pt/documents/10181/99316/Guia+para+a+Conceção+de+PMII.pdf/>

- IV Index de Políticas de Integração de Migrantes (MIPEX)

<http://www.acm.pt/-/portugal-mantem-e-melhoria-2lugar-iv-index-de-politicas-de-integracao-de-migrantes>

- Instituto Nacional de Estatística. Disponível em:

<https://www.ine.pt>.

Índice dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade (IMAD): <https://www.acm.gov.pt/-/indice-dos-municipios-amigos-dos-imigrantes-e-da-diversidade-imad->

- Mutilação Genital Feminina

<https://popdesenvolvimento.org/praticas-nefastas/mutilacao-genital-feminina.html>

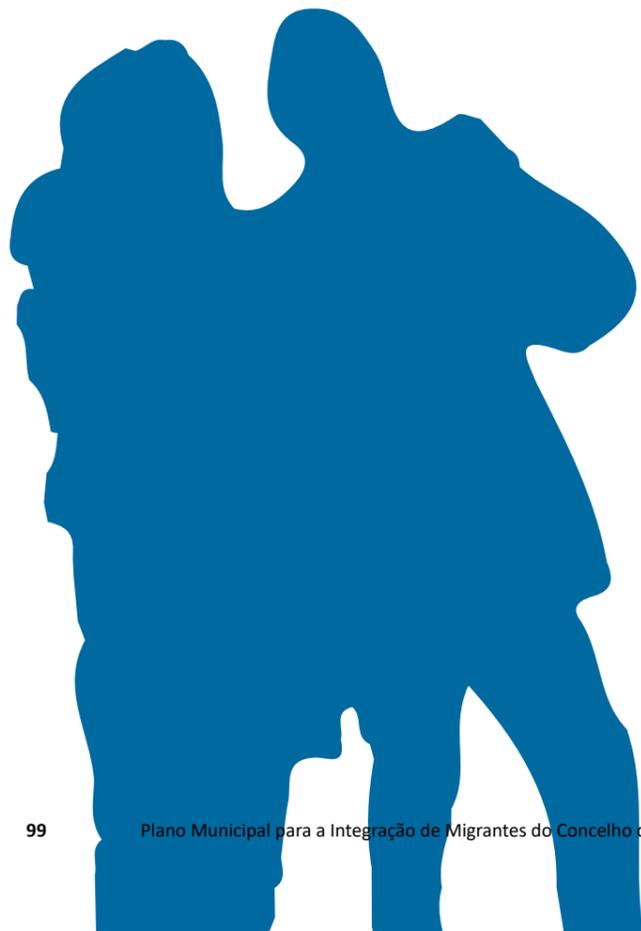
- PEM – Plano Estratégico para a Integração dos Migrantes

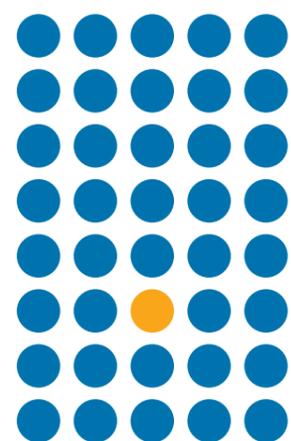
<https://www.acm.gov.pt/pt/-/plano-estrategico-para-as-migracoes-pem->

- Relatórios das políticas locais de acolhimento e integração de imigrantes e seus descendentes no município de Vila Franca de Xira, 2019

- Serviço de Estrangeiro e Fronteiras

www.sef.pt





PLANO
MUNICIPAL
PARA A INTEGRAÇÃO
DE MIGRANTES
CONCELHO
DE VILA FRANCA
DE XIRA





I PLANO MUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES DO CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA

Divisão de Saúde e Solidariedade
Rua Noel Perdigão nº 3, A e B
2600-218 Vila Franca de Xira – Portugal

Tel: 263 285 600
E-mail: dss@cm-vfxira.pt

www.cm-vfxira.pt

